

Míope, Disfuncional E Irracional? Revisitando um Momento Ilustrativo do Modo de Funcionamento do Regime Nazi, 1940-1941

Professor Auxiliar na Universidade Lusófona

Introdução

Este texto entronca numa agenda mais vasta de teste do fundamento histórico-empírico de uma série de interpretações sobre os regimes totalitários em geral, e do regime nazi em particular, decorrentes quer do paradigma clássico do “totalitarismo”, quer das várias leituras alternativas, nomeadamente indexadas às abordagens historiográficas “social” e “cultural”, que a sua crítica originou.¹

¹ Para uma introdução aos debates metodológicos e historiográficos em torno dos regimes totalitários em geral e do regime nazi, enquanto instância de totalitarismo e não só, em particular, ver: Ian Kershaw, *The nazi dictatorship: problems and perspectives of interpretation* (Great Britain: Edward Arnold, 1992); Martin Malia, ‘Nazism-communism: delineating the comparison’ em *The lesser evil: moral approaches to genocide practices*, org. Helmut Dubiel e Gabriel Motzkin (Milton Park: Routledge, 2004), 11-19; John Keep, ‘Part II: wrestling with revisionism: recent western writing on stalinism’ em *Stalinism: russian and western views at the turn of the Millennium*, org. Alter Litvin e John Keep (Milton Park: Routledge, 2005), 89-99; Wolfgang Schieder, ‘The historian’s approach to Germany’s National Socialist past’ em *Totalitarian and authoritarian regimes in Europe: legacies and lessons from the twentieth century*, org. Jerzy W. Borejsza e Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006), 139-157; Neil Gregor, ‘Introduction to the paperback edition’ em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor (Great Britain: University of Exeter Press),

Aqui, o nosso escopo é assaz circunscrito: utilizando como janela epistémica privilegiada – que temos por sub-explorada no que à busca de ilações sobre o regime nazi em geral respeita – o processo de tomada e execução de decisões conducente à invasão da União Soviética, limitar-nos-emos a tentar testar o fundamento histórico-empírico do paradigma interpretativo sobre a racionalidade do regime nazi dominante na literatura. Esse paradigma assenta na articulação, em várias penas cumulativa, de algum dos três elementos caracterizadores que passamos a descrever.

De acordo com o primeiro elemento, que tem nos historiadores alemães Hans Mommsen e Martin Broszat exemplos consensuais, o regime nazi nunca teria passado de uma entidade política *míope*, na acepção de desprovida de um programa político genuíno (além de “mitos” galvanizadores das paixões e ilusões das massas, como a “limpeza da Alemanha de judeus”, a “construção de um socialismo germânico”, ou a “conquista de espaço vital a Leste”); e portanto presa, dada a sua génese como aparato político puramente eleitoralista, a um oportunismo táctico orientado para a acumulação de “vitórias fáceis” (mal) calculadas como permitentes de sobrevivência e acumulação de poder *ad infinitum*. De acordo com o segundo elemento, articulado, por exemplo, pelos historiadores britânicos Ian Kershaw e Richard Overy, o regime até podia ter por referente um conjunto de objectivos programáticos reais. Porém, *qua* coligação *ad hoc* de uma miríade de elites e facções nacionalistas portadoras de agendas contraditórias, e por isso necessitadas da cola de um *Führer* compelido a manter-se alheado da tomada de posições e decisões concretas, o regime nazi teria sido sempre uma entidade política *disfuncional*. Disfuncional, precise-se, que concerne à coordenação em torno da prossecução desses objectivos

vii-xiv; Neil Gregor, ‘Nazism-a political religion?: rethinking the voluntarist turn’ em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor (Great Britain: University of Exeter Press), 1-21; Jane Caplan, ‘Introduction’ em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan (Oxford: Oxford University Press, 2008), 1-25; Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick, ‘Introduction: after totalitarianism – stalinism and nazism compared’ em *Beyond totalitarianism: stalinism and nazism compared*, org. Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009), 1-29; David D. Roberts, *The totalitarian experiment in twentieth-century Europe: understanding the poverty of great politics* (Milton Park: Routledge, 2006), 213-237.

programáticos dispersos. E em razão disso, uma entidade política fadada a experienciar falta de direcção pelo “topo” e ausência de clarificação de prioridades e competências fatais. Já o último elemento, representativamente articulado pelos historiadores americanos David D. Roberts e Adam Tooze, não exclui (mas também não implica) a hipótese do regime nazi ter conseguido focar-se em certos objectivos, e mesmo engendrar um módico de coordenação suficiente tendo em vista a sua prossecução. No entanto, estes autores alvitram que uma tal dinâmica seria sempre *irracional*, visto os fins visados serem constitutivamente inexecutáveis, e/ou os meios adoptados serem invariavelmente, em virtude de uma obsessão inata com “soluções finais” para “problemas de gerações e séculos”, peculiarmente contraproducentes.²

Em termos metodológicos, o nosso intento é testar o paradigma interpretativo acima resumido, nos limites já referidos, recorrendo à análise histórico-contextual. Concretamente, levaremos a cabo um estudo de caso, vertido numa narrativa densa, dos bastidores do processo de tomada e

2 Para o argumentário correspondente à primeira faceta do argumento, ver: Martin Broszat, *The Hitler state: the foundation and development of the internal structure of the Third Reich* (Harlow: Longman, 1982); Kershaw, *The nazi dictatorship*, 59-130; Hans Mommsen, ‘The concept of totalitarian dictatorship vs. the comparative theory of fascism: the case of national socialism’ em *Totalitarianism reconsidered*, org. Ernest Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981); Hans Mommsen, ‘Accomplishments and limitations of the totalitarianism theory: applicability to the national socialism dictatorship’ em *Totalitarianism and political religions: concepts for the comparison of dictatorships: volume 1*, org. Hans Maier (Milton Keynes: Routledge, 2004).

Para o argumentário correspondente à segunda faceta do argumento, ver: Ian Kershaw, *Hitler: 1889-1936, hubris* (Londres: Penguin Books, 2001); Ian Kershaw, *Hitler: 1936-1945, nemesis* (Londres, Penguin Books, 2001); Kershaw, *The nazi dictatorship*, 59-130; Richard Overy, *Goering: Hitler's iron knight* (Londres: I. B. Tauris, 2012).

Para o argumentário correspondente à terceira faceta do argumento, ver: Roberts, *The totalitarian experiment in twentieth-century Europe*; Adam Tooze, *The wages of destruction: the making e breaking of the nazi economy* (Londres: Penguin Books, 2007).

Para um par de raros exemplos de desvio ou questionamento de pelo menos alguns dos aspectos fundamentais deste paradigma interpretativo: Michael Geyer, ‘The state in national socialist Germany’ em *Statemaking and social movements: essays in history and theory*, org. Charles Bright and Susan Harding (Ann Harbor: University of Michigan Press, 1984); Thomas Schaarschmidt, ‘Mobilizing german society for war: the national socialist gauge’ em *Visions of community in Nazi Germany: social engineering e private lives*, org. Martina Steber and Bernhard Gotto (Oxford: Oxford University Press, 2014).

execução de decisões conducente à invasão militar da União Soviética pela Alemanha Nazi. Dito de modo mais concreto, reconstruiremos passo-a-passo, enxertados no seu contexto histórico, os diagnósticos, prescrições e decisões mais relevantes dos principais protagonistas desse processo, e as dinâmicas e resultados por eles desencadeados ou influenciados.³

Cumprе ressalvar que um cреso novelo de complexas questões poderia ser aqui desfiado em torno da necessidade de incluir ou não uma análise crítica de fontes primárias no quadro de um estudo politológico desta natureza; bem como das vantagens e desvantagens de confiar na possibilidade de uma compreensão “instintiva-subjectiva” da “perspectiva” dos protagonistas sempre que essas fontes se revelam omissas ou ambíguas. Sobre isso, esclareçamos, primeiro, que não levaremos aqui a cabo uma crítica de fontes primárias; e, segundo, que tentaremos um meio termo razoável, tão rigorosamente estribado em fontes secundárias consensuais quanto possível, entre “positivismo” e “hermenêutica”.

Reconstrução do Processo de Tomada e Execução de Decisões Conducentes à Invasão Militar da União Soviética, 1940-1941

A “Vitória Final” no Horizonte

Pelo seu significado histórico como reversão estonteante do resultado da Grande Guerra, e por parecer sinalizar a iminência do fim do conflito desencadeado pela agressão alemã à Polónia (e a consequente declaração de guerra franco-britânica), as vitórias militares de Abril-Junho de 1940 foram recebidas em júbilo pela generalidade dos alemães, incluindo críticos e opositores do Nazismo. Adolf Hitler, porém, entendia que um triunfo com significado grande-estratégico duradouro não seria possível até que a Grã-Bretanha se resignasse “definitivamente” ao novo *status quo* continental – e

3 Para um aproximação à lógica e ao potencial do método em causa, ver: James Mahoney, ‘Path dependence in historical sociology’, *Theory and Society*, 29:1 (1999); James Mahoney e Daniel Schensul, ‘Historical context and path dependence’ em *The Oxford handbook of contextual political analysis*, org. Robert E. Goodin e Charles Tilly (Nova Iorque: Oxford University Press, 2008).

ao que ele tornaria possível em termos de expansão alemã a Leste. Por isso, ainda as operações militares não estavam concluídas e já o ditador tinha ordenado aos dois pontas de lança do seu aparato diplomático, Joachim von Ribbentrop (Ministro Imperial dos Negócios Estrangeiros), e Hermann Göring (representante oficial do *Führer* em visitas de Estado oficiais e oficiosas da mais elevada importância), que vazassem junto da elite política britânica os termos de uma genuína proposta de paz. Apesar de exigir uma devolução lesta das colónias subtraídas ao país pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha abdicaria de qualquer horizonte de competição ultramarina com a Grã-Bretanha, “cedendo” ao respectivo Império, “face à dupla ameaça americana e japonesa”, uma espécie de “supervisão civilizacional” *de facto* dos destinos dos Impérios extra-continentais europeus. Em troca, a Grã-Bretanha desistiria de tentar intervir como fiel da balança no continente europeu, “cedendo” ao Império Alemão emergente uma espécie de “supervisão civilizacional” *de facto* dos destinos das nações aí contidas – incluindo “carta branca”, e sobretudo garantia de segurança económico-militar na rectaguarda, para uma “batalha final” germano-soviética que destruísse a “ameaça bolchevique comum”, e permitisse à nação alemã arrebanhar o “espaço vital” necessário à assunção do seu “lugar natural”, ao lado do Império Britânico e dos Estados Unidos, de grande potência mundial.⁴

4 Sobre o contexto grande-estratégico alemão do Verão de 1940 visto do prisma de Hitler, e as iniciativas e contra-iniciativas alemãs e anglo-saxónicas: Michael Bloch, Ribbentrop, *Ribbentrop* (Londres: Abacus, 2003), 306-313; Max Domarus, org., *The complete Hitler: a digital desktop reference to his speeches and proclamations, 1932-1945* (Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007), 2042-2063; Jürgen Förster, ‘Hitler turns east – german war policy in 1940 and 1941’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 115-117; Peter Fritzsche, *Life and death in the Third Reich* (Cambridge: Harvard University Press), 147-148, 177-179; Alex J. Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder: political and economic planning for german occupation policy in the Soviet Union, 1940-1941* (Oxford: Berghahn Books, 2011), 26-28; Ian Kershaw, ‘Did Hitler miss his chance in 1940?’ em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor (Great Britain: University of Exeter Press), 110-111; Evan Mawdsley, *World war two: a new history* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009), 323-332, 350-352; Mark Mazower, *Hitler’s Empire: nazi rule in occupied Europe* (Londres: Penguin Books, 2009), 111-113, 260-263, 290-293, 480-481, 578-581; Geoffrey P. Megargee, *Inside Hitler’s high command* (Kansas: University Press of Kansas, 2002), 87-90, 130; Steven D. Mercatante, *Why Germany nearly won: a new history of the second world war in Europe* (Westport: Praeger, 2012), 44-45; Tooze, *The wages of*

A resposta da elite política britânica em geral, e do novo governo britânico liderado por Winston Churchill em particular, foi de recusa enfática. Essa hostilidade visceral traduziu-se, ao longo de Junho-Julho de 1940, numa série de manobras ostensivamente calculadas como visando não apenas a reversão dos frutos do expansionismo alemão desde 1938, mas também a destruição do regime que os tinha conseguido colher. Primeiro, o governo britânico alinhou-se com uma série de iniciativas lançadas pela Administração americana de Franklin Roosevelt, expressamente gizadas para dotar os Estados Unidos, no mais curto período possível, dos meios económico-militares para travar, reverter e bloquear os expansionismos alemão e italiano na Europa e japonês no Pacífico; e elevar a América à condição inédita de superpotência capaz de actuar como fiel da balança à escala mundial – algo que Hitler considerava uma ameaça à hegemonia europeia à escala mundial que em conjunto com a Grã-Bretanha pretendia conservar. Entre as iniciativas contava-se uma expansão do complexo industrial-militar americano ostensivamente calibrada para que, por 1943-1945, o país estivesse em condições de produzir “mais de 50 mil” aviões de combate por ano (segundo as previsões alemãs, mais do dobro do que a Alemanha e a Grã-Bretanha juntas poderiam aspirar); a construção tão imediata quanto possível de “duas Marinhas de Guerra”, uma para o Atlântico e a outra para o Pacífico, projectadas para superar em quantidade e qualidade as forças navais combinadas dos países imperialistas europeus e do Japão; a criação de um Corpo Expedicionário permanente baseado na conscrição; e a reivindicação, e o accionamento imediato, de um “direito” norte-americano à ocupação militar “temporária” de colónias atlânticas de países sob ocupação alemã. Segundo, o governo britânico nomeou um novo Embaixador em Moscovo, Richard Stafford Cripps, não só ostensivamente “marxista” – uma visão do mundo que Hitler considerava intolerável entre políticos “civilizados” –, como abertamente mandatado a negociar uma aliança militar anglo-soviética direccionada contra a Alemanha Nazi. Terceiro – e uma

destruction, 393-397, 400, 402-409, 411-412, 418-420; Russel H. S. Stolfi, *Hitler: beyond evil and tyranny* (Nova Iorque: Prometheus Books, 2011), 422-432; Adam Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’ em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan (Oxford: Oxford University Press, 2008), 188.

vez mais perante a indignação de Hitler face ao dano causado ao potencial europeu de projecção de poder imperial –, a *Royal Navy* lançou um ataque militar devastador contra as forças navais francesas estacionadas no porto argelino de Mers-el-Kébir. O governo britânico justificou as manobras como parcelas de uma política pre-emptiva contra “preparativos em estado muito avançado” para “uma invasão alemã das Ilhas Britânicas”.⁵

Determinado a não perder a iniciativa perante o que entendia como a “irresponsabilidade histórica” e a “propaganda mentirosa” do governo de Churchill, Hitler pediu um ponto de situação quer aos líderes militares, quer ao órgão *ad hoc* encarregado de coordenar o essencial da mobilização económica para uma guerra longa, a Autoridade do Plano de Quatro Anos (*VJPB*). Entre meados e finais de Julho de 1940, três dos pareceres emergentes viriam a captar o grosso da sua atenção. O primeiro, produzido em conjunto pelo Alto Comando da Força Aérea (*OKL*) e pelo Alto Comando da Marinha (*OKM*), argumentava que uma “invasão das Ilhas Britânicas nos moldes efabulados pela propaganda do governo de Churchill” – todos os envolvidos sabiam que Hitler nunca tinha contemplado seriamente tal operação – seria extraordinariamente difícil de executar⁶. A Alemanha tinha conquistado bases aéreas e navais suficientes, no norte de França, no norte da Holanda e no oeste da Noruega, para equacionar semelhante operação; mas estava longe de dispor de forças aéreas e navais – em quantidade, qualidade e treino – adequadas a uma execução que oferecesse garantias mínimas de

5 *Ibidem*.

6 Objectivamente, embora os planificadores alemães só soubessem com rigor os números do seu lado, a *Wehrmacht* dispunha de 2200 aviões de combate cujo raio geográfico de operação com um mínimo de segurança, por causa da escassa autonomia dos caças alemães em longas distâncias, não passava de Londres; e 1 cruzeiro pesado, 2 cruzeiros leves e 8 contratorpedeiros, nenhum dos quais com treino adequado àquele tipo de operação. Do outro lado, as forças alemãs enfrentariam aproximadamente 2000 aviões de combate; e 3 porta-aviões, 4 navios de guerra, 3 cruzeiros pesados, 9 cruzeiros leves, e 107 contratorpedeiros (incluindo 50 contratorpedeiros semi-obsoletos que o governo americano se tinha prontificado a trocar por bases navais britânicas no Atlântico). Confirmar, notando as ligeiras discrepâncias entre autores, em: Mawdsley, *World war two*, 130 332-333, 337; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 44-48; Overy, *Goering*, 171-172; Tooze, *The wages of destruction*, 397-402, 404-407.

sucesso. O segundo parecer argumentava que a *Wehrmacht* estaria, “muito em breve”, preparada para destruir o grosso e a nata do Exército Vermelho “em 9 a 17 semanas” (a previsão resultava da combinação de dois estudos autónomos – um estudo recente do Ramo de Operações do OKH; e o outro, produzido em resposta a um pedido *avant la lettre* do Chefe do Estado-Maior do Exército Alemão, Franz Halder, conduzido por Erich Marcks, Chefe do Estado-Maior do XVIII Exército Alemão estacionado na Polónia). O terceiro parecer, produzido pelo especialista em assuntos económico-militares do Ramo de Operações do OKM, Kurt Frick, argumentava, contra-intuitivamente, que em face da insistência britânica na política de estrangulamento económico da Alemanha *qua* potência aspirante à hegemonia continental (o chamado “bloqueio naval”), os territórios recém-conquistados a Ocidente deixariam em breve de representar um activo e passariam a representar um fardo para o esforço de guerra alemão. Segundo Frick, a economia de guerra alemã, a operar no limite desde o Outono de 1939, não tinha como sobreviver no imediato sem pilhar o máximo de *stocks* de matérias-primas nesses territórios; ora, como esses países importavam o grosso das matérias-primas de que a máquina económico-militar alemã estava desesperadamente sôfrega – em particular, cereais, petróleo e borracha – de territórios ultramarinos abruptamente devindos inacessíveis, as pilhagens espoletariam uma bomba-relógio que rebentaria, o mais tardar, pelo início do Inverno de 1940-1941, quando um colapso parcial dessas economias, que a Alemanha seria de algum modo chamada a mitigar para manter o ambiente geral de colaboração resignada, se tornaria inevitável (ilustrativamente, a partir de então a economia francesa seria obrigada a operar com menos de 50% do carvão e menos de 10% do petróleo disponíveis no Inverno de 1939-1940). O resto do documento assumia um tom ainda mais ominoso. Segundo Frick, a única saída para a Alemanha em termos de sustentabilidade económica do esforço de guerra face ao bloqueio naval seria virar-se para a União Soviética – sem cujos cereais, petróleo, minérios regulares e raros e facilitação de acesso a borracha a *Wehrmacht* não se poderia continuar a rearmar-se à altura de enfrentar, nem um Império Britânico alimentado pelo poderio económico ciclópico dos Estados Unidos, nem, numa espécie de quadratura

do círculo, uma no médio prazo “inevitável” (mas no curto prazo altamente improvável) ofensiva militar soviética em direcção ao Ocidente europeu.⁷

A 31 de Julho, Hitler convocou os líderes militares para anunciar que, face ao ponto de situação aferível pelos documentos supracitados (entre outros), tinha tomado a única decisão que, do seu ponto de vista, poderia garantir uma “vitória final” na guerra em curso: pela Primavera-Verão de 1941, a *Wehrmacht* destruiria o grosso e a nata do Exército Vermelho; capturaria as reservas de matérias-primas e as bases militares – em particular, no Báltico, na Bielorrússia, na Ucrânia e no Cáucaso – *sine qua non*, para, na melhor das hipóteses, dissuadir Londres de continuar a insistir em precipitar uma “II Guerra Mundial” (um termo reservado por Hitler para um estado de guerra, como em 1917-1918, envolvendo a ameaça de uma intervenção militar dos Estados Unidos na Europa); e, na pior das hipóteses, preparar a Alemanha, na maior das medidas possíveis, para um tal cenário. Para Hitler, caso destruísse a “ameaça bolchevique” e conquistasse “espaço vital” suficiente a Leste antes do cerco económico-militar anglo-americano poder produzir as suas piores consequências, a Alemanha privaria a Grã-Bretanha do seu último aliado potencialmente decisivo no continente europeu; e abriria uma janela de oportunidades histórica única – que em todo o caso teria que ser explorada com a máxima das velocidades e a maior das eficácias –, para reunir condições para resistir “indefinidamente” a qualquer Guerra Mundial. Um tal cenário corresponderia a uma “vitória final” do povo alemão.⁸

Ao contrário do sucedido em reuniões análogas do passado, como o encontro tempestuoso de 5 de Novembro de 1937, nenhum dos presentes

7 Para os elementos necessários à reconstrução do processo de tomada das principais decisões grande-estratégicas de Julho de 1940: Bloch, *Ribbentrop*, 311-313; Förster, ‘Hitler turns east’, 117-123; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 6-10, 26-34; Kershaw, ‘Did Hitler miss his chance in 1940?’, 110-118; Evan Mawdsley, *Thunder in the East* (Londres: Hodder Arnold, 2009), 3-9; Mawdsley, *World war two*, 127-133, 136-139, 323-332; Mazower, *Hitler’s Empire*, 111-113, 260-263, 274-279, 290-293; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 87-90, 103-105, 130; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 44-50, 65; Overy, *Goering*, 164-171; Tooze, *The wages of destruction*, 393-425; Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’, 188.

8 *Ibidem*.

objectou falhas relevantes na lógica por trás da “decisão histórica” do *Führer* (ainda que não houvesse propriamente entusiasmo relativamente à perspectiva de mais uma ofensiva de alto risco).⁹

Com a sua relação com os líderes militares, marcada por fricções e tensões ominosas e parcialmente paralisantes entre 1937 e 1939, pacificada – em parte pela evidência incontestável de que Hitler tinha saído sempre vitorioso até das opções mais arriscadas, em parte porque os tinha preventivamente cumulado com títulos, prebendas e doações após as vitórias a Ocidente –, o ditador lançou-se bastante mais tranquilamente do que nos anos anteriores no traçado de um “roteiro” em direcção à “vitória final”. Plasmado numa miríade de documentos e traduzido numa série de acções ao longo das semanas e meses seguintes, o roteiro dividir-se-ia em duas tarefas históricas a encadear até ao final de 1941: primeiro, preparar e posicionar a Alemanha para uma guerra com a União Soviética na Primavera-Verão de 1941; e, segundo, planificar, e ir executando na medida do possível, um conjunto de medidas, que seriam inviáveis e perfunctórias na ausência de sucesso na execução da primeira tarefa, que permitissem à Alemanha enfrentar uma guerra de duração indeterminável contra uma coligação militar anglo-americana.¹⁰

9 Sobre os motivos, o conteúdo e as repercussões da reunião de 5 de Novembro de 1937, elementos indispensáveis à compreensão da lógica e do sentido do regime nazi do ponto de vista de Hitler: Bloch, *Ribbentrop*, 153-155; Martin Clark, *Mussolini* (Great Britain: Pearson, 2005), 237-238; Dale C. Copeland, ‘Economic interdependence and the grand strategies of Germany and Japan, 1925-1941’ em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), 133-135; Domarus, *The complete Hitler*, 963-973; Paul Kennedy, *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000* (Nova Iorque: Vintage Books, 1989), 310-314, 330-331; Christian Leitz, *Nazi foreign policy, 1933-1941: the road to global war* (Londres: Routledge, 2013), 23, 55-56; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 35-39; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 19-23; Overly, *Goering*, 76-78; Stolfi, *Hitler*, 341-346; Toby Thacker, *Joseph Goebbels: life and death* (Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2010), 196-197; Tooze, *The wages of destruction*, 230-234, 239-242; Gerhard Ludwig Weinberg, ‘Foreign policy in peace and war’ em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan (Oxford: Oxford University Press, 2008), 205-206.

10 Sobre o estágio de harmonia sem precedentes conseguido por Hitler em relação aos principais líderes militares após as vitórias a Ocidente de 1940, ver: Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 79, 85-86, 126-127.

Foco, Sintonia e Coordenação na Preparação do Ataque Militar à União Soviética

Em razão da autoridade e competência incomparáveis desse órgão *qua* herdeiro natural do mítico Estado-Maior do Exército Prussiano, bem como da boa relação que, passados dois anos de turbulência, tinha acabado por desenvolver com o Comandante-em-Chefe do Exército, Walther von Brauchitsch, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Halder, o ditador delegou o grosso e a nata da primeira tarefa no OKH.¹¹

Em consequência, entre o final de Julho e meados de Outubro de 1940, o OKH encomendou, coligiu e processou cinco grandes estudos sobre o tema. Das três primeiras iniciativas resultaram estudos operacionais, autónomos entre si, assinados por Marcks, pelo Ramo de Operações do OKH, e pelos agentes com jurisdição correspondente à planificação operacional no recentemente criado (1938) Alto Comando (Conjunto) das Forças Armadas (OKW, um órgão liderado *de jure* e *de facto* por Hitler *qua* Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, mas gerido no dia-a-dia pelo seu braço-direito para assuntos militares, Wilhelm Keitel). Tomados em conjunto, os estudos argumentavam que, pela Primavera seguinte, a *Wehrmacht* estaria preparada

11 Para os elementos necessários à reconstrução do processo arterial de planificação do ataque militar à União Soviética: Domarus, *The complete Hitler*, 2156-2159; Robert Forczyk, *Erich von Manstein* (Oxford: Osprey Publishing, 2010), 16; Förster, 'Hitler turns east', 123-128; Andreas Hillgruber, 'The german military leaders' view of Russia prior to the attack on the Soviet Union' em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997); Kershaw, 'Did Hitler miss his chance in 1940?', 116-118, 121-130; 210, 225-225; Johannes Hürter, 'The military elite and volksgemeinschaft' em *Visions of community in Nazi Germany: social engineering e private lives*, org. Martina Steber and Bernhard Gotto (Oxford: Oxford University Press, 2014), 264-265; Aristotle A. Kallis, *Nazi propaganda and the second world war* (Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008), 6-12, 26-31, 43-51, 56-57; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 1-2, 18-21, 31-34, 40-41, 158-162, 199-208; Richard Lakowski, 'Between professionalism and nazism: the wehrmacht on the eve of its invasion of the USSR' em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 162-167; Mazower, *Hitler's Empire*, 133-135, 140-141; Mawdsley, *Thunder in the East*, 41-46; Megargee, *Inside Hitler's high command*, 89-92, 102-116; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 3-19, 65-78; Overly, *Goering*, 130-133, 172-174; Klaus Schüler, 'The eastern campaign as a transportation and supply problem' em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 208; Stolfi, *Hitler*, 419-431, 436-437; Tooze, *The wages of destruction*, 393-395, 452-460.

para destruir o grosso e a nata do Exército Vermelho, na pior das hipóteses, em 11 semanas. O quarto estudo, assinado pelo Ramo de *Intelligence* Militar do OKH, alegava que o Exército Vermelho, um “gigante com pés de barro”, não teria condições para opor ao ataque mais que 143 “unidades militares” estacionadas nas “regiões europeias” da União Soviética – por uma questão de *timing*, mas também por causa da persistência da ameaça nipônica a Oriente, as 78 “unidades militares” estacionadas nas “regiões asiáticas” da potência do Leste não teriam como participar nos combates a tempo de influenciar a resolução final da equação geopolítica germano-soviética. Ademais, o estudo enfatizava que a maioria das “unidades militares” soviéticas tinha sido “decapitada” dos seus “cérebros e comandantes” durante “a Grande Purga de 1936-1938”. A sugestão era óbvia: independentemente dos números, as Forças Armadas soviéticas não estariam minimamente preparadas para enfrentar a excelência e a experiência operacional e tática das suas congêneres alemãs. O último dos cinco estudos, assinado pelo Ramo de Geografia Militar do OKH, era o menos otimista. Os autores informavam que o inimigo dispunha de cinco centros de produção industrial vital (Leninegrado, Ucrânia, Moscovo, Cáucaso e Urais); e alegavam que uma vitória “conclusiva” não seria possível sem a conquista de “pelo menos três” desses centros. Revelando bem vincada cautela, os autores argumentavam que bastaria ao regime soviético, onde quer que passasse a estar sediado após a invasão, conservar o remotíssimo centro dos Urais para sobreviver como “potência económico-militar média” capaz de importunar as forças de ocupação alemãs.¹²

Os trabalhos levados autonomamente a cabo pelo OKH culminaram na submissão de um Plano de Guerra contra a União Soviética assinado pelo oficial responsável pela coordenação da planificação operacional no seio do Estado-Maior do Exército, Friedrich Paulus. Ora, tal como no Outono-Inverno de 1939-1940, quando tinham estado em causa sucessivas versões preliminares do Plano de Guerra contra a França-Benelux, Hitler considerou o Plano do Estado-Maior do Exército de qualidade e eficácia

12 *Ibidem.*

questionáveis. Perante o facto, e para evitar o tipo de impasse vivido um ano antes em torno do Plano *Gelb*, o ditador decidiu coordenar “pessoalmente” uma revisão do “Plano Paulus”. Para esse trabalho, Hitler contaria, como consultores especializados, com os agentes de ligação e assessores destacados pelo OKW e o OKH para serviços pessoais ao *Führer*.¹³

Os trabalhos de revisão chegariam ao fim por meados de Dezembro de 1940, assumindo a forma de um Plano revisto: o “Plano Barbarossa”. Tal como o Plano Paulus, o Plano Barbarossa prescrevia, como primeiro passo, uma ofensiva aérea surpresa ao longo das fronteiras ocidentais soviéticas; mas acrescentava-lhe o género de operações especiais surpresa, a protagonizar por unidades irregulares de pára-quedistas, que tinham valido à *Wehrmacht* alguns dos sucessos tácticos e operacionais mais improváveis, incluindo a paralisia do inimigo em conjunturas críticas decisivas, durante a ofensiva sobre a França-Benelux. O segundo passo, que Hitler retinha praticamente intacto de Paulus, consistia numa tripla ofensiva terrestre, a levar a cabo por três Grupos de Exércitos autónomos, cujo centro de gravidade estratégica seria o centro geográfico da União Soviética (o que implicaria um desequilíbrio de forças, em particular blindadas, em favor do Grupo de Exércitos “Centro”). O Plano Barbarossa deixava claro que o sucesso de toda a Operação dependeria absolutamente de um factor: a velocidade de progressão dessas ofensivas. Nesse sentido, e utilizando como referência o que tinha sido possível executar a Ocidente, o Plano especificava que as ofensivas teriam que permitir à *Wehrmacht* “cercar e aniquilar” as “forças europeias” do Exército Vermelho antes daquelas poderem retirar-se para lá das fronteiras fluviais do Dvina e do Dniepr – uma eventualidade que abriria o espectro ominoso da respectiva reunião com as suas homólogas “asiáticas”, e logo de um encravamento, provavelmente fatal, da progressão alemã. O ditador inovava radicalmente em relação a Paulus por via do acréscimo de um terceiro passo justificado pelo princípio da prudência: uma vez concretizada a tripla ofensiva terrestre inicial, e atingidos os marcos do Dvina e do Dniepr em simultâneo com a imposição de baixas exorbitantes

13 *Ibidem.*

ao Exército Vermelho, o Grupo de Exércitos Centro pararia para se reagrupar e reabastecer; e, enquanto isso, “emprestaria” boa parte das suas divisões blindadas ao Grupo de Exércitos “Norte”. Essa força assumiria a missão de aproveitar o interlúdio em vista para privar o regime soviético e o Exército Vermelho de acesso potencialmente regenerador tanto ao centro de produção industrial vital de Leninegrado, como ao entreposto logístico vital (incluindo à eventual recepção de ajuda anglo-americana) de Murmansk-Arkhangelsk. Só quando esse passo estivesse concluído é que a “cavalcada” para Leste em que o Plano Paulus apostava seria retomada. E mesmo assim, numa versão assaz modificada por Hitler. O Plano Paulus prescrevia uma “ofensiva derradeira em direcção a Moscovo” entendida na acepção de “capital”, isto é, não apenas alvo militar mas também alvo político-simbólico, como o passo *sine qua non* e suficiente para a consumação de uma “vitória conclusiva a Leste”. Já Hitler, afinando por um diapasão mais próximo do estudo do Ramo de Geografia Militar do OKH, estava convicto de que a guerra a Leste continuaria, pelo menos, até o regime bolchevique ser privado da faixa meridional da União Soviética. Porquê? Por causa da impressionante concentração de reservas de matérias-primas, bases militares e entrepostos logísticos vitais (no último caso, envolvendo um possível acesso a ajuda anglo-americana através do Irão) no sudeste da Ucrânia, no sul da Rússia, e no Cáucaso. Consequentemente, em vez de uma única ofensiva terrestre em direcção a “Moscovo-cidade-capital”, Hitler prescrevia uma dupla ofensiva terrestre: o Grupo de Exércitos Centro, que por então estaria reagrupado, reabastecido e restabelecido na sua força original, protagonizaria uma ofensiva em direcção à fronteira fluvial do Volga a seguir a Moscovo (a cidade em si poderia ser cercada e contornada); e o Grupo de Exércitos “Sul” protagonizaria uma ofensiva paralela em direcção a um ponto nevrálgico no que ao acesso do inimigo à sua faixa meridional concernia – Astrakhan (na costa noroeste do Mar Cáspio). Mas ainda que tudo isso corresse na perfeição, e uma vez mais revelando proximidade ao estudo do Ramo de Geografia Militar do OKH, Hitler não dava como segura uma “vitória conclusiva a Leste”. Por essa razão, o ditador deixava em aberto a possibilidade de uma derradeira ofensiva não contemplada por Paulus:

uma ofensiva aérea com o objectivo de neutralizar, em vez de “conquistar”, o centro de produção industrial vital dos Urais.¹⁴

O eixo de gravidade da preparação do ataque militar à União Soviética, o Plano de Guerra, estava assim finalizado. Não obstante, o período entre o final de Dezembro de 1940 e a Primavera de 1941 acabaria por revelar-se fértil em contratempos com impacto sobre os cálculos nele incorporados. Na verdade, poucos dias depois do Plano ter sido dado como concluído, Hitler viu-se submerso por uma maré de relatórios e memorandos que levantavam sérias dúvidas sobre a viabilidade da Operação (ironicamente, perante a passividade de von Brauchitsch e Halder, mais do que nunca convictos de que todas as desvantagens logísticas e de correlação de forças do lado alemão poderiam ser superadas graças à “superioridade avassaladora da arte operacional germânica”). Dois desses relatórios captariam a atenção do ditador.¹⁵

14 *Ibidem.*

15 Para os elementos necessários à reconstrução do processo de radicalização da planificação da invasão da União Soviética entre Dezembro de 1940 e Junho de 1941: Ruth Bettina Birn, ‘Two kinds of reality? Case studies on anti-partisan warfare during the eastern campaign’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 277-287; Cristoph Dieckmann, ‘The war and the killing of the lithuanian jews’ em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert (Oxford: Berghahn Books, 2000), 240-25; Domarus, *The complete Hitler*, 2392-2394; Förster, ‘Hitler turns east’, 128-133; Fritzsche, *Life and death in the Third Reich*, 179-183; Christian Gerlach, ‘German economic interests, occupation policy, and the murder of the jews in Belorussia, 1941/43’ em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert (Oxford: Berghahn Books, 2000), 210-212, 214-217; Hillgruber, ‘The german military leaders’ view of Russia prior to the attack on the Soviet Union’; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 1-2, 40, 56-61, 71-72, 104-107, 120-122, 131-135, 158-162, 199-208; Bernhard R. Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’: german strategic planning against the Soviet Union and the causes of its failure’ in Bernd Wegner (Ed.) *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941* (Oxford: Berghahn Books, 1997), 142-145; Lakowski, ‘Between professionalism and nazism’, 162-167; Peter Longerich, ‘From mass murder to the ‘final solution’: the shooting of jewish civilians during the first months of the eastern campaign within the context of nazi jewish genocide’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 253-254, 260-265, 272; Peter Longerich, *Heinrich Himmler* (Oxford: Oxford University Press, 2012), 515-524; Mazower, *Hitler’s Empire*, 135-144, 480-481; Mawdsley, *Thunder in the East*, 8-12, 41-46; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 97-98, 102-132; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 65-78; Overly, *Goering*, 130-133,

O primeiro relatório, co-produzido por Eduard Wagner, o plenipotenciário do OKH para a logística, e Georg Thomas, *qua* coordenador da jurisdição correspondente à produção industrial-militar no OKW (cargo que acumulava com pastas equiparáveis no OKH e na VJPB), argumentava que percorrer as “distâncias até 1000 quilômetros” previstas nos dois primeiros passos do Plano Barbarossa significaria, *ceteris paribus*, esgotar o *stock* de combustível alemão muito antes do final do segundo mês de operações. Ora, no mais ideal dos cenários a Operação Barbarossa demoraria dois meses e meio a concretizar. A ilação era simples: ou a *Wehrmacht* capturava *stocks* de petróleo suficientes para se auto-alimentar *en route* nos territórios soviéticos; ou teria que aniquilar o grosso e a nata do Exército Vermelho em distâncias muito mais curtas (o que permitiria uma progressão subsequente mais lenta à base de equídeos). Na falta de uma dessas condições, seria impossível garantir alimento logístico para as duas derradeiras ofensivas terrestres preconizadas pelo Plano Barbarossa.¹⁶

O segundo documento consistia num segundo estudo sobre o Exército Vermelho pelo Ramo de *Intelligence* do OKH (desde sempre o parente pobre das Forças Armadas da tradição germânica, o Ramo encontrava-se à data sob a liderança de um jovem oficial, Eberhard Kinzel, sem currículo relevante nem formação especializada na matéria). Muito mais cauteloso que o anterior, o estudo estimava que o inimigo dispunha ao todo de 200

172-174; Schüler, ‘The eastern campaign as a transportation and supply problem’, 205-213; Stolfi, *Hitler*, 431-434, 437-442; Alfred Streim, ‘International law and soviet prisoners of war’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 293-297; Tooze, *The wages of destruction*, 412, 452-460, 465-466, 478-482; Hans Umbreit, ‘Structures of german occupation policy during the initial phase of the german-soviet war’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 247-251; Michael Wildt, *An uncompromising generation: the nazi leadership of the reich security main office* (Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2010), 268-279.

16 Confirmar os pormenores específicos do diagnóstico logístico citado, não deixando de ressaltar algumas variações entre autores, em: Gerlach, ‘German economic interests, occupation policy, and the murder of the jews in Belorussia, 1941/43’, 214-215; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 131-132; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 123-124; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 69-70; Schüler, ‘The eastern campaign as a transportation and supply problem’, 205-210; Tooze, *The wages of destruction*, 412, 452-455.

“divisões de infantaria” e “uma quantidade indeterminável de forças blindadas”; e acrescentava, muito ominosamente, que o Bolchevismo tinha privado o Exército Vermelho de “cérebros e comandantes” mas não de uma coragem bárbara caracteristicamente eslava e russa que, se atizada pelas elites soviéticas, poderia ser suficiente para mobilizar uma “resistência fanática” passível de colocar em risco a velocidade da progressão militar alemã (e com ela toda a Operação).¹⁷

Em Janeiro de 1941, Hitler decidiu agir no sentido de limitar os riscos que a *Wehrmacht* correria na União Soviética. Em concreto, Hitler ordenou aos envolvidos em todas as ofensivas anteriores que, através de uma espécie de *brainstorming*, descobrissem “soluções eficazes” para os problemas diagnosticados (o conselho que Hitler deixava era que “as soluções seriam tão mais eficazes quanto mais implacáveis”). Em consequência, o OKH, o OKW, a VJPB e o Serviço de Segurança (SD) da Esquadrilha de Protecção do NSDAP (SS) encetaram um sem fim de reuniões e iniciativas (quase

17 Confirmar os detalhes do diagnóstico de *intelligence* citado em: Megargee, *Inside Hitler's high command*, 112-114.

A *intelligence* militar alemã sobre a União Soviética privilegiava fontes como a cobertura jornalística das incursões militares soviéticas em Espanha e na Finlândia, o que implicava omissões grosseiras em relação aos sucessos notáveis das forças soviéticas no Extremo-Oriente, frente às forças expedicionárias japonesas. Por essa e muitas outras razões, ainda que os cálculos das suas congéneres britânica e americana estivessem longe de ser mais fiáveis, estava redondamente enganada sobre a dimensão do Exército Vermelho: assim, em vez dos 3 milhões de efectivos, 7 mil tanques e 6 mil aviões de combate estimados por Kinzel, a liderança político-militar soviética tinha relativamente prontos a mobilizar nas “regiões europeias” do país 8,3 milhões de efectivos, 11 mil tanques e 9100 aviões de combate. Sobre esse e outros erros de *intelligence* grosseiros em relação à União Soviética em geral e ao Exército Vermelho em particular: Hillgruber, ‘The german military leaders’ view of Russia prior to the attack on the Soviet Union’, 183-184; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 139-141, 185-187; Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’, 142-145, 148; Thomas Sandkühler, ‘Anti-jewish policy and the murder of the jews in the district of Galicia, 1941/42’ em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert (Oxford: Berghahn Books, 2000), 108-117; Longerich, *Heinrich Himmler*, 527-535; Mawdsley, *Thunder in the East*, 19; Megargee, *Inside Hitler's high command*, 102-138, 230-236; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 67-68, 72-80; Schüler, ‘The eastern campaign as a transportation and supply problem’, 210-222; Tooze, *The wages of destruction*, 436-438, 452-460, 481-485, 513-589. Especificamente para os números citados, ressaltando ligeiras discrepâncias entre autores, consultar: Mawdsley, *Thunder in the East*, 19; Megargee, *Inside Hitler's high command*, 112, 114; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 64, 74.

todas, perante a instigação entusiástica do ditador sempre que colocado ao corrente, envolvendo crimes de guerra hediondos).¹⁸

Primeiro, a *VJPB* concertou-se com o *OKH* e o *OKW* para a produção de um plano de pilhagem “relâmpago” dos territórios soviéticos. O plano visava garantir que, enquanto durassem as operações militares, o inimigo seria privado do máximo de *stocks* de combustível e alimentos possível; e que esses recursos, tal como advogado por Wagner e Thomas, seriam, sem demoras, colocados ao serviço das forças militares alemãs. As instruções finais para a implementação do plano seriam comunicadas aos comandantes militares escalados para a Operação Barbarossa a 16 de Junho de 1941 num documento, oficialmente co-produzido pela *VJPB* e o *OKW*, com o título “Pasta Verde”. O documento impunha aos comandantes militares um dever de cooperação incondicional com os 23 “comandos de pilhagem” (o chamado “Destacamento Económico Leste”) que a *VJPB* distribuiria estrategicamente pelos três Grupos de Exércitos.¹⁹

Segundo, o *OKW*, o *OKH*, e – ao contrário de um mito persistente, ocupando por então uma posição vários degraus abaixo na hierarquia do regime nazi *vis-à-vis* os seus pares negociais – o *SD* (desde 1938 encarregado da facilitação de manobras expansionistas através de operações para-militares semi-secretas envolvendo o recrutamento de colaboradores e o extermínio de potenciais resistentes nos territórios visados), acordaram co-produzir um “plano de aniquilação preventiva da *intelligentsia* soviética”.²⁰ O plano, que respondia aos agoiros mais recentes do Ramo de *Intelligence* Militar do *OKH*, visava privar os soldados soviéticos, e as “hordas eslavas e russas” em geral, dos “potenciais atizadores”, entre as elites soviéticas, do género de “resistência fanática” ao invasor conjurado por aquele órgão militar. Como?

18 Consultar a bibliografia referenciada na nota 15.

19 Consultar a bibliografia referenciada na nota 15.

20 Especificamente sobre o papel modesto do *SD* na política de expansão alemã e, mais em geral, sobre o papel marginal para que Complexo SS-Polícia se viu remetido pelas autoridades militares e económicas alemãs durante 1940-1941: Bloch, *Ribbentrop*, 299-308, 320-323; Longerich, *Heinrich Himmler*, 387-402, 444-445, 456-457, 461, 490-491; Mazower, *Hitler's Empire*, 103-110, 118-120, 199-203, 227, 416-423, 471-480, 515-516; Wildt, *An uncompromising generation*, 146-148, 193-196, 205-210.

Através do “fuzilamento preventivo” de todos os líderes e dirigentes do Partido-Estado soviético; de todos os oficiais do Exército Vermelho; de todos os judeus e “comunistas radicais” que pertencessem a título oficial, fosse qual fosse o grau na hierarquia, ao Partido-Estado soviético; e de todos os “comunistas radicais”, fosse qual fosse a sua relação com o Partido-Estado, espalhados pela sociedade civil soviética. O grosso dos fuzilamentos seria perpetrado por 3 mil efectivos agregados em 4 “Destacamentos Especiais” (*Einsatzgruppen*) que o SD ficaria encarregue de recrutar. Nos termos de uma nova parceria estratégica entre as entidades envolvidas, a *Wehrmacht* disponibilizaria aos *Einsatzgruppen* não apenas apoio logístico, mas também “auxiliares voluntários” para levar a cabo os fuzilamentos. Um dos pontos mais importantes do acordo estatuiu que nenhum envolvido nas atrocidades em vista, incluindo os “auxiliares voluntários”, poderia ser chamado à liça pela Justiça Militar por acções perpetradas nesse âmbito. Estipulava ainda o acordo que os *Einsatzgruppen* só estariam sujeitos à supervisão dos comandantes militares nas “Áreas da Frente”. Nas chamadas “Áreas de Recataguarda” (onde já não decorressem combates na acepção convencional), os *Einsatzgruppen* teriam “carta branca” para operar. As instruções finais para a implementação do plano seriam comunicadas aos comandantes militares escalados para o ataque ao longo de vários boletins e comunicados emitidos em conjunto ou alternadamente pelo OKW e o OKH, entre Março e Abril de 1941. As ordens impunham dois deveres incondicionais aos destinatários: o de cooperação incondicional com os *Einsatzgruppen* (que, para evitar o tipo de fricções e tensões que tinham surgido na Polónia entre militares e para-militares, teriam pela primeira vez um Agente Especial de Ligação embebido em cada Exército); e o dever de exigir “dureza” aos soldados face aos massacres.²¹

Entretanto, ao longo do período de maturação do Plano de Guerra com a União Soviética, Hitler congeminou e distribuiu por vários órgãos e agentes quatro tarefas auxiliares à tarefa axial, isto é, quatro tarefas concebidas como respaldos maximizadores da viabilidade da Operação Barbarossa.

21 Consultar a bibliografia referenciada na nota 15.

Em primeiro lugar, Hitler incumbiu o OKL e o Ministério Imperial dos Negócios Estrangeiros de engendrarem, respectivamente, expedientes militares e diplomáticos para minimizar a probabilidade da Grã-Bretanha e Estados Unidos retaliarem militarmente contra a Alemanha, ou fornecerem ajuda relevante à União Soviética, durante o período de execução da Operação Barbarossa. Em consequência, o OKL converteu o teste de forças aéreas em curso sobre o Canal da Mancha numa vaga de ataques aéreos “terroristas” concentrados na faixa meridional inglesa. O fito, traçado pelo próprio ditador, era “aterrorizar” a opinião pública britânica quanto ao poder aéreo alemão, no sentido de a estimular a pressionar o governo de Londres a não ousar bombardear territórios sob domínio alemão, com receio de “retaliações devastadoras”, durante a Operação Barbarossa. Em paralelo, Hitler instruiu o Ministério Imperial dos Negócios Estrangeiros a construir “espantalhos diplomáticos dissuasores” direccionados contra a Grã-Bretanha no Mediterrâneo e os Estados Unidos no Pacífico. Não era de aliados militares na acepção convencional que o ditador estava à procura, visto desde 1938-1939 estar convencido de que nem a Itália nem o Japão estavam interessado numa aliança compatível com o *timing* da agenda expansionista alemã. Hitler buscava, em vez disso, “simulacros de alianças militares” com suficiente plausibilidade para manter os governos e opiniões públicas desses países na dúvida sobre o que fariam esses pseudo-aliados da Alemanha caso aqueles tentassem interferir com a Operação Barbarossa. Por causa da insistência contra-corrente de von Ribbentrop nas virtudes de um aprofundamento, em vez de rompimento, do Pacto Germano-Soviético, Hitler decidiu assumir pessoalmente a nata dos contactos diplomáticos em causa.²²

22 Sobre as sub-tarefas de construção de alinhamentos diplomático-militares de suporte à Operação Barbarossa, incluindo o contexto e os respectivos resultados, ver: Wolfgang Michalka, ‘Joachim von Ribbentrop: from wine merchant to foreign minister’ em *The nazi elite* org. Ronald Smelser e Rainer Zitelmann (Londres: The MacMillan Press, 1993), 169-170; Bloch, *Ribbentrop*, 305-306, 323-345, 349, 361; Clark, *Mussolini*, 250-258, 262-263; Förster, ‘Hitler turns east’, 125-126; Kershaw, ‘Did Hitler miss his chance in 1940?’, 116-118, 121-130; Leitz, *Nazi foreign policy*, 136-137; Mazower, *Hitler’s Empire*, 111-118, 127-133, 319-320; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 89-92; Manfred Menger, ‘Germany and the finnish ‘separate war’ against the Soviet Union’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and*

Em segundo lugar, o ditador incumbiu o OKH e, ainda que relegando von Ribbentrop para um papel secundário, o Ministério Imperial dos Negócios Estrangeiros, de, dirigindo-se aos seus interlocutores privilegiados nos países em causa, engendrarem uma coligação político-militar anti-soviética na Europa continental. Na prática, o desejado era instigar o máximo de pequenas e médias potências entre o Báltico e os Balcãs portadoras de ressentimentos anti-soviéticos – oferecendo a “certeza” da destruição da “ameaça bolchevique comum” e promessas de “ganhos territoriais” à custa do colosso uma vez desmembrado –, a juntar-se à Alemanha numa “grande cruzada político-militar” contra o Bolchevismo. Como tanto o ditador como a liderança militar alemã duvidavam da eficácia de operações militares conjuntas (a descoordenação exibida pelas forças da Holanda, Bélgica, Grã-Bretanha e França face ao ataque alemão não abonava a favor desse expediente), assim como do valor militar dos potenciais envolvidos à excepção da Finlândia, o foco estaria mais no averbamento de apoios políticos traduzíveis em acordos de livre-trânsito e apoio logístico às forças militares alemãs, do que no recrutamento de aliados com um papel relevante nos combates.²³

Em terceiro lugar, Hitler incumbiu Joseph Goebbels, o Ministro Imperial da Educação Popular e da Propaganda, de, por via de uma campanha a manter em segredo absoluto (incluindo dos seus colaboradores), construir uma cortina de fumo propagandística calculada para convencer o governo soviético, com a ajuda involuntária da propaganda britânica (que incessantemente sugeria isso mesmo), de que Hitler estava “obcecado” em neutralizar a Grã-Bretanha e impedir a repetição de uma guerra em duas frentes; e de que quaisquer operações militares de monta noutros teatros teriam sido descartadas até Londres desistir da guerra e negociar um acordo de paz em termos alemães. O ponto era induzir em Moscovo uma “falsa sensação de segurança”, e, conseqüentemente, um “baixar da guarda” potencialmente

the world, 1939-1941, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 525-532; Tooze, *The wages of destruction*, 420-422, 460.

23 *Ibidem*.

decisivo, *qua* maximizador do efeito surpresa, para o sucesso da primeira fase da Operação Barbarossa.²⁴

Em quarto e último lugar, Hitler incumbiu a *VJPB* e o Ministério do Armamento e das Munições (um órgão que congregava recursos estatais e da própria *VJPB* criado em 1939 para garantir que mesmo encomendas militares imprevistas encontravam resposta em tempo recorde), da tarefa de satisfazerem as encomendas do *OKH*, com prioridade máxima até à Primavera de 1941, para a Operação Barbarossa. Os políticos, planejadores e gestores envolvidos responderam com o “Programa de Armamentos B”: um plano *ad hoc* de produção e distribuição de armamentos cujo principal objectivo era duplicar as divisões blindadas ao serviço do Exército Alemão.²⁵

Pela entrada da Primavera de 1941, os resultados das quatro iniciativas seriam mistos, variando entre o pleno sucesso e a ominosa decepção.

Assim, por meados de Maio de 1941, Hitler estava decepcionado mas conformado com os resultados da primeira iniciativa. Os ataques “terroristas” ao sul da Inglaterra – os aviões alemães não tinham autonomia para mais – pareciam ter estimulado, mais que tolhido, a intransigência e a hostilidade do governo e do público britânicos, além de terem acarretado custos elevados em aviões e pilotos. Ainda assim, o saldo não era propriamente

24 Sobre a sub-tarefa de construção de uma cortina de fumo propagandística de suporte à Operação Barbarossa, incluindo o contexto e os respectivos resultados, atentar a: Domarus, *The complete Hitler*, 2081-2090, 2113-2120, 2160-2171, 2413-2427; Fritzsche, *Life and death in the Third Reich*, 182-183; Kallis, *Nazi propaganda and the second world war*, 102-110; Jochen von Lang, *Bormann: the man who manipulated Hitler* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1979), 153-161; Mawdsley, *Thunder in the East*, 32, 35-37; Mawdsley, *World war two*, 146-147; Stolfi, *Hitler*, 434-436; Thacker, *Joseph Goebbels*, 220-221, 227-231; Manfred Zeidler, ‘German-soviet economic relations during the Hitler-Stalin pact’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 106-111.

25 Sobre a sub-tarefa de dotação da *Wehrmacht* do equipamento militar indispensável ao sucesso operacional da Operação Barbarossa, incluindo o contexto e os respectivos resultados, ver: Martin Kitchen, *Speer: Hitler’s architect* (Great Britain: Yale University Press, 2015), 112-115; Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’, 142-145; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 130; Overy, *Goering*, 140, 147-148; Tooze, *The wages of destruction*, 430-440; Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’, 181, 186, 188.

negativo: os combates aéreos anglo-alemães do Verão-Outono de 1940 tinham garantido, mais ou menos indirectamente, o essencial. A probabilidade de Londres, que tinha sofrido baixas equiparáveis às alemãs, conseguir reunir recursos suficientes para lançar ataques aéreos relevantes durante a Operação Barbarossa parecia ter decrescido significativamente.²⁶

Já a tentativa de construção de “espantalhos diplomáticos dissuasores” no Mediterrâneo e Pacífico tinha mergulhado numa dinâmica perigosa.

Até ao final do Outono de 1940, os resultados estavam a revelar-se medíocres. Assim, no Mediterrâneo, em razão das rivalidades históricas e contradições de agenda em que estavam há muito enredados os países em causa, Hitler e von Ribbentrop não tinham conseguido ainda, por meados do Outono de 1940, engendrar mais que uma “aproximação” superficial entre Alemanha, Itália, Espanha e França (o regime de Vichy). Em todo o caso, e mais uma vez, o essencial parecia, por então, minimamente garantido: os envolvidos estavam de acordo sobre a necessidade de adoptar uma postura ostensiva de “contenção activa” da Grã-Bretanha, e logo “colaboração” com a Alemanha, no Mediterrâneo (ainda que fosse duvidoso que dispusessem de meios para “conter” de modo significativo as forças britânicas destacadas para esse teatro de guerra).²⁷ Já no Pacífico, o final do Outono de 1940 só tinha rendido à diplomacia alemã um “Pacto Tripartido” que, na prática, ainda que obliquamente (e sem que fosse claro que meios poderiam ser mobilizados para tal), ameaçava os Estados Unidos com uma retaliação militar germano-italo-nipónica caso ousassem desencadear operações

26 Sobre o emaranhado de manobras e contra-manobras alemãs, britânicas e italianas, centradas nas lhas Britânicas e no teatro mediterrânico, entre Agosto de 1940 e Junho de 1941, bem como as respectivas consequências para o esforço de guerra alemão: Bloch, *Ribbentrop*, 323-355; H. James Burgwyn, ‘Diplomacy and world war: the (first) axis of evil’ em *The Oxford handbook of fascism*, org. R. J. B. Bosworth (Nova Iorque: Oxford University Press, 2010), 329-334; Clark, *Mussolini*, 262-284; Domarus, *The complete Hitler*, 2413-2427, 2445-2451; MacGregor Knox, *Hitler’s italian allies: royal armed forces, fascist regime, and the war of 1940-1943* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009), 17-21; Mawdsley, *Thunder in the East*, 25; Mazower, *Hitler’s Empire*, 127-136, 340-342, 578-590; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 95-101; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 47-48, 67; Stolfi, *Hitler*, 432-434; Tooze, *The wages of destruction*, 401-402, 432-433.

27 *Ibidem*.

militares contra qualquer um dos signatários (von Ribbentrop tinha conseguido convencer Hitler a utilizar o “seu” Pacto Anti-Comintern como base negocial de partida, o que explicava a inclusão da Itália).²⁸

O final do período outonal e o início do Inverno de 1940 trariam um descarrilamento alarmante, por causa do impacto potencialmente muito negativo sobre a Operação Barbarossa, de ambas as iniciativas. Concretamente, os dois principais governos implicados teriam enveredado por então por uma espiral de decisões unilaterais altamente lesivas para a agenda de guerra alemã.

Em Outubro de 1940, o governo italiano tinha tomado a iniciativa de deixar para segundo plano a contenção das forças britânicas no norte de África – que Berlim contava que Roma continuasse a assegurar até ao final da Operação Barbarossa –, para se lançar, em pleno início do rigor invernal, e num exemplo flagrante de impreparação e incompetência, num ataque militar à Grécia continental. O ataque, recebido por Hitler e os líderes militares alemães com estupefacção e choque, provocara uma reacção em

28 Sobre o emaranhado de manobras e contra-manobras alemãs, japonesas, anglo-americanas e soviéticas, centradas no teatro do Pacífico, entre Outubro de 1940 e Junho de 1941, bem como as respectivas consequências para o esforço de guerra alemão, ver sobretudo: Antony Best, ‘Imperial Japan’ em *The origins of world war two: the debate continues*, org. Robert Boyce e Joseph A. Maiolo (Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003), 62-66; Bloch, *Ribbentrop*, 323-355; Timothy W. Crawford, ‘Powers of division: from the anti-comintern to the nazi-soviet and japanese-soviet pacts, 1936-1941’ em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), 263-273; Gerhard Krebs, ‘Japan and the german-soviet war, 1941’ em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner (Oxford: Berghahn Books, 1997), 543-559; Tsuyoshi Kawasaki, ‘The rising sun was no jackal: japanese grand strategy, the tripartite pact, and alliance formation theory’ em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell (Cambridge: Cambridge University Press, 2013); Warren F. Kimball, ‘The United States’ em *The origins of world war two: the debate continues*, org. Robert Boyce e Joseph A. Maiolo (Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003), 145-150; Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’, 144-145; Leitz, *Nazi foreign policy*, 119-122, 136-137; Mazower, *Hitler’s Empire*, 127-136, 578-590; Jeffrey W. Taliaferro, ‘Strategy of innocence or provocation? The Roosevelt administration’s road to world war II’ em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), 193-217.

cadeia altamente lesiva dos interesses alemães nos Balcãs. Sucumbindo a uma compreensível onda de pânico relativamente às intenções do “Eixo” (que as propagandas britânica e americana não cessavam de caricaturar como “expansionismo insaciável”), o governo grego, até aí mais pró-germânico que pró-britânico, reagira solicitando ajuda militar imediata ao governo britânico (em linha com uma “garantia” oferecida por Londres na Primavera de 1939). Tratava-se de um cenário cuja efectivação garantiria à Grã-Bretanha acesso a bases militares a partir dos quais poderia: visar toda a rectaguarda balcânica da Operação Barbarossa, incluindo os campos de petróleo romenos de Ploesti (*sine qua non* para a viabilidade do esforço de guerra alemão); e, no limite, assim que fosse lançado o ataque militar à União Soviética, emparedar o Grupo de Exércitos Sul numa guerra em duas frentes (contra as forças soviéticas na Ucrânia, e contra forças terrestres britânicas nos Balcãs). Por razões análogas, a elite político-militar jugoslava, cujo governo a diplomacia alemã estava a fazer tudo para cortejar, acabaria por levar a cabo um golpe de Estado ostensivamente anti-alemão contando com o apoio da Grã-Bretanha e da União Soviética. Tudo somado, a pouco mais de um mês da data prevista para o arranque da Operação Barbarossa, 20 de Maio de 1941, a Alemanha via-se na iminência de perder a oportunidade histórica de lançar uma Operação Barbarossa concebida como peça chave para finalizar a guerra. Hitler e a liderança militar alemã, que nunca haviam esboçado a mínima intenção de vir a ocupar militarmente, e muito menos anexar, territórios jugoslavos, reagiram de modo álgido e pragmático: em concreto, planificando e executando de improviso uma “ofensiva relâmpago” cujo objectivo seria ocupar militarmente a Jugoslávia e a Grécia (com destaque para os territórios, como a Ilha de Creta, que, apesar de remotos, permitiriam aos bombardeiros britânicos atingir alvos balcânicos decisivos para o esforço de guerra alemão). O resultado da iniciativa foi uma nova senda de sucessos estonteantes do ponto de vista militar. Os custos para a iminente Operação Barbarossa, porém, foram ominosos: a *Wehrmacht* tinha perdido um mês de operações em território soviético em condições climáticas previsivelmente favoráveis; e, com igual ou pior gravidade, registado como baixas virtualmente todas as unidades especiais de pára-quedistas em que o Plano Barbarossa depositava enormes esperanças. Hitler procurou

relativizar os danos chamando a atenção dos responsáveis em seu redor para os “aspectos positivos” daquela contingência. Segundo o ditador, a *Wehrmacht* tinha acumulado experiência e moral adicionais; e arranjado um pretexto ideal para justificar aos olhos soviéticos a crescente concentração de forças militares talhadas para operações ofensivas nos Balcãs.²⁹

Entretanto, o governo japonês tinha reagido à enésima onda de efabulação americana em torno do “expansionismo insaciável do Eixo” (explicada pelas dificuldades experienciadas pela campanha presidencial de Roosevelt), com uma espécie de pânico. Berlim contava que Tóquio desempenhasse face à América, até à conclusão da Operação Barbarossa (quando o Japão, que Hitler preferira manter fora do radar das operações militares dado o elevado risco de fugas de informação, seria convidado a participar na partilha dos despojos soviéticos), o papel de “espada de Dâmocles” preconizado pelo Pacto Tripartido. Só que, bem pelo contrário, e tal como no caso italiano de modo inteiramente imprevisível à luz da respectiva política externa durante os meses anteriores, o governo nipónico preferira protagonizar um frenesim de manobras diplomáticas para convencer o governo americano, mas também, adicionando ainda mais alarme à questão, o governo soviético, de que o Japão não só não constituía uma ameaça à segurança e aos interesses geoestratégicos desses países – precisamente aquilo que a liderança alemã esperava e precisava que Tóquio pelo menos fingisse convincentemente constituir até ao final da Operação Barbarossa –, como estava disposto a negociar para o Pacífico o tipo de “grande acordo de segurança colectiva” com que Berlim sempre tinha recusado comprometer-se na Europa. Em troca, o Japão pedia apenas uma negociação sem linhas vermelhas *a priori* sobre os seus “direitos” sobre pelo menos parte do “espaço vital” já conquistado à China; sobre algumas das colónias asiáticas dos países sob ocupação alemã (que Hitler, contra von Ribbentrop, se recusara a “oferecer” ao país invocando o imperativo de manter a hegemonia imperial europeia à escala mundial; e sobre parte das ilhas disputadas com o Império Russo desde a segunda metade do século XIX. No fundo,

29 Consultar a bibliografia referenciada na nota 26.

a troca de reivindicações com impacto no *status quo* pós-versalhiano de muito menor monta do que as que poderiam vir a resultar de um sucesso da Operação Barbarossa, o Japão estava disposto a oferecer aos Estados Unidos e à União Soviética exactamente aquilo que a Alemanha nunca esperaria que o governo japonês lhes viesse a oferecer: segurança na recataguarda do Pacífico para se concentrarem na “ameaça alemã” na Europa. Ora, por meados de Maio de 1941 já se estava a tornar óbvio que o governo japonês não tinha logrado atingir nenhum dos seus objectivos, tendo acabado arrastado para negociações sem fim à vista e indícios de intransigência inultrapassável com a reeleita Administração Roosevelt; e para um Pacto de Não-Agressão e Neutralidade com a União Soviética em que nenhuma das partes, dado o historial de confronto, poderia confiar numa situação de crise (mas que, para os alemães, abria pela primeira vez a possibilidade teórica de um reforço das “forças europeias” do Exército Vermelho pelas homólogas “asiáticas” a tempo e em quantidade e qualidade suficientes para influenciar o desfecho da Operação Barbarossa). Sem tempo para responder ao desenvolvimento sem ser cancelando a Operação Barbarossa, Hitler e a liderança militar alemã limitaram-se a cerrar os olhos e rezar para que o melhor cenário possível se concretizasse: o de um rápido colapso do regime soviético sob o choque de um ataque militar avassalador.³⁰

Adicionalmente, Hitler procurou motivar-se e aos seus pares apontando os holofotes para os inquestionáveis sucessos obtidos ao abrigo das restantes iniciativas. Assim, por Maio de 1941, tanto os diplomatas como os líderes militares alemães envolvidos na segunda iniciativa tinham logrado selar uma coligação político-militar anti-soviética, entre o Báltico e os Balcãs, deveras inclusiva: para a vertente política, tinham sido atraídos a Finlândia, a Eslováquia, a Hungria, a Roménia e a Bulgária; para a vertente militar, a Finlândia tinha sido cortejada com sucesso (para gáudio de Hitler e dos líderes militares), e uma Roménia desesperada por ganhos territoriais que compensassem a sangria de territórios, para a União Soviética e a Hungria, do Verão de 1940, voluntariara-se com sucesso (perante o cepticismo de

30 Consultar a bibliografia referenciada na nota 28.

Hitler e dos líderes militares).³¹ Ainda melhor, e apesar de periclitante por alguns dias por causa do voo de Rudolf Hess, o número três da hierarquia oficial do regime nazi, em direcção à Escócia para “oferecer ao *Führer*” a coligação anglo-alemã com que sempre havia sonhado, a cortina de fumo para confundir Moscovo parecia ter funcionado.³² Por fim, o Programa de Armamentos B tinha corrido de feição. Por meados de 1941 já era certo que o grosso e a nata do Programa estaria concluído, incluindo a duplicação das divisões blindadas ao serviço do Exército, a tempo da ofensiva a Leste.³³

Foco, Sintonia e Coordenação na Preparação da Contenção da Ameaça Anglo-Americana

Pouco depois de colocar em marcha a preparação do ataque militar à União Soviética, Hitler delegou a segunda tarefa do seu “roteiro” – começar a preparar e posicionar a Alemanha para uma guerra de duração indeterminável contra uma coligação militar anglo-americana – nos quatro Altos Comandos e na *VJPB*. Os órgãos em causa teriam por missão: primeiro, actualizar os planos e capacidades efectivas de rearmamento alemães tendo por meta as competências necessárias para forçar um impasse militar, no decurso de uma eventual “II Guerra Mundial”, contra as forças combinadas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos; e, segundo, garantir que tudo estaria a postos para passar à execução prática desses planos (isto é, a produção do armamento em causa), escorada nessas capacidades, mal a Operação Barbarossa estivesse concluída (o mais, diziam os planos, pelo Outono de 1941).³⁴

31 Consultar a bibliografia referenciada na nota 22.

32 Consultar a bibliografia referenciada na nota 24.

33 Consultar a bibliografia referenciada na nota 25.

34 Para os elementos necessários à reconstrução do processo arterial de planificação e o adiantamento dos preparativos para a execução de novos sub-planos de rearmamento orientados em função da ameaça anglo-americana: Norbert Frei, ‘Auschwitz and the Germans: history, knowledge, and memory’ em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor (Great Britain: University of Exeter Press, 2008), 149-154, 158-160; Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’, 146-148;

Entre o final de Julho de 1940 e a Primavera de 1941 os Altos Comandos dos três ramos, sob a supervisão do OKW, produziram novos planos de rearmamento orientados por um objectivo prioritário: garantir que em 1942-1943 a Alemanha estaria em condições de mitigar o seu atraso na corrida ao armamento *vis-à-vis* a Grã-Bretanha e os Estados Unidos o suficiente para defender a “Fortaleza Europa” auto-suficiente a resultar da Operação Barbarossa contra ataques. Nesse sentido, o OKL pediu um ritmo de reforço anual da frota aérea de combate de “mais de 20 mil” aviões na vanguarda da tecnologia militar o mais tardar a partir de 1943, contra os mais de 65 mil aviões de combate com que a *Royal Air Force* e a *US Air Force* estimavam vir a reforçar as suas frotas conjuntas a cada ano vindouro. Para contornar o desequilíbrio, mas também o fracasso dos testes-piloto dos novos modelos projectados como vanguarda da tecnologia militar para o período (o bombardeiro de longo alcance He 177 e o caça Me Bf 109), o OKL antecipava precipitar a produção-piloto e a utilização dissuasória experimental de novas “armas aéreas milagrosas”, incluindo artilharia e aviões movidos a jacto, que alegadamente não teriam tão cedo rivais. Em todo o caso não havia previsão de que mesmo uma pequena amostra dessas armas pdesse vir a estar operacional antes de 1944-1945, o que significava que durante 1942-1943 a *Luftwaffe* teria que maximizar os seus recursos comparativamente artesanais (incluindo baterias anti-aéreas improvisadas) para cumprir a sua missão principal: defender da *Royal Air Force* e da *US Air Force*, no mínimo, os centros de produção industrial, as reservas de matérias-primas e as bases militares vitais à funcionalidade económico-militar da “Fortaleza Europa”. Confrontado com uma ordem para reduzir o Exército para apenas 60 divisões após a vitória a Leste (para libertar o máximo de trabalhadores-soldados para a produção das armas previstas nos novos planos), o OKH passou a prever dotar as suas forças de 170 mil novos blindados, entre os quais 40 mil tanques médios e pesados na

Mawdsley, *World war two*, 343-345; Overy, *Goering*, 166-169; Stolfi, *Hitler*, 440; Tooze, *The wages of destruction*, 422, 429-432, 440-452, 526-528, 611-624; Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’, 188; Helmuth Trischler, ‘Aeronautical research under national socialism: big science or small science?’ em *Science in the Third Reich*, org. Margit Szöllösi-Janze (Oxford: Berg, 2001), 87-99.

vanguarda da tecnologia militar, até 1943-1944. O equipamento já existente e o novo material (que, tudo indicava, chegaria logo em 1943) deveriam ser suficientes para que, ainda por 1942-1943, o Exército viesse a estar em condições de cumprir a sua tarefa: utilizar uma mobilidade e poder de fogo concentrado elevados a paroxismos sem precedentes na História para policiar toda a “Fortaleza Europa” contra eventuais episódios de rebelião contra a hegemonia continental alemã e contra tentativas de desembarque anfíbio anglo-americanas. Por fim, o OKM limitou-se a acrescentar 500 submarinos à lista de pedidos (apenas residualmente satisfeita) de 1939. Na altura, o OKM planificara uma frota naval de 6 navios de guerra, 8 cruzeiros pesados e 249 submarinos (seriam agora cerca de 750) para 1944-1945. De qualquer modo, em 1942-1943 a *Kriegsmarine* deveria estar preparada para maximizar os equipamentos disponíveis para cumprir duas tarefas fulcrais: sabotar as rotas atlânticas de transferência de recursos entre os Estados Unidos e as Ilhas Britânicas; e ajudar a patrulhar as costas mais vulneráveis da futura “Fortaleza Europa”. Para isso, os submarinos seriam decisivos. E por isso, mas também pela enorme desproporção entre os planos de produção naval anglo-americanos e alemães, o OKM, seguindo a mesma lógica do OKL, antecipava utilizar experimentalmente, tão depressa quanto possível, novos modelos “milagrosos” dotados de velocidade e fôlego para submersão tão cedo sem rivais expectáveis ainda em fase embrionária de concepção.³⁵

Entretanto, e seguindo a mesma lógica adoptada para a primeira tarefa, durante o período de maturação dos novos planos de rearmamento, Hitler concebeu e distribuiu por uma série de órgãos e agentes do regime quatro tarefas auxiliares pensadas como respaldos maximizadores das hipóteses de sucesso na preparação para uma “II Guerra Mundial”.

35 Sobre as reivindicações dos três ramos em geral por 1939-1941, ver: Tooze, *The wages of destruction*, 287-317, 393-452.

Especificamente sobre as reivindicações detalhadas do OKL citadas, consultar: Overy, *Goering*, 167; Tooze, *The wages of destruction*, 451.

Especificamente para as reivindicações detalhadas do OKH citadas, consultar: Tooze, *The wages of destruction*, 441.

Especificamente sobre as reivindicações detalhadas do OKM citadas, consultar: Tooze, *The wages of destruction*, 288, 399.

Em primeiro lugar, Hitler incumbiu os Altos Comandos de estudarem operações militares cirúrgicas que a *Wehrmacht* pudesse levar a cabo, em 1941-1942, para garantir a melhor posição de partida possível, em termos geoestratégicos, para uma potencial “II Guerra Mundial”. Por meados da Primavera de 1941, o essencial desses estudos estaria concluído. Operações arriscadas para lá das periferias costeiras da nova “Fortaleza Europa”, incluindo aventuras transoceânicas e a mítica “invasão das Ilhas Britânicas”, foram riscadas do horizonte das possibilidades. Porquê? Porque a Alemanha continuava, e presumivelmente continuaria durante anos, se não mesmo indefinidamente, enormemente atrasada em termos de forças navais face à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos (pelo final de 1940, a Marinha ainda não dispunha de meios para transportar em segurança para o norte de África três divisões terrestres equipadas). O risco era incomportável. Porém, três operações militares envolvendo essencialmente os outros ramos pareciam possíveis logo após a “vitória a Leste”. A lógica comum: conquistar uma série de reservas de matérias-primas e bases militares acessíveis ao Exército e à *Luftwaffe* e potencialmente vitais a um esforço de guerra contra as forças conjuntas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Em causa estavam as regiões trans-caucasianas do norte do Irão e do Iraque (que, em conjunto com os Balcãs e o Cáucaso, permitiriam à Alemanha, segundo a *VJPB*, controlar 15% das reservas mundiais de petróleo); na periferia egeia da Grécia (em particular a Ilha de Creta, que poderia servir de base quer para operações ofensivas britânicas contra os Balcãs dominados pela Alemanha, quer para operações ofensivas alemãs contra o nordeste do Egipto dominado pela Grã-Bretanha, incluindo o entreposto logístico vital do Canal do Suez) – uma operação que, como já vimos, seria executada de emergência em Abril-Maio de 1941 –; e na periferia atlântica da Península Ibérica, com destaque para o enclave britânico de Gibraltar, e as ilhas portuguesas da Madeira e dos Açores (dependendo das circunstâncias, incluindo as capacidades ofensivas disponíveis à *Luftwaffe* após a Operação Barbarossa, tanto

as ilhas espanholas das Canárias como as ilhas portuguesas de Cabo Verde continuariam a ser equacionadas como possíveis alvos).³⁶

Em segundo lugar, Hitler incumbiu a *VJPB* de lançar os fundamentos de uma expansão supersónica e ciclópica do complexo industrial-militar alemão calculada para o dotar das infraestruturas e da capacidade de produção necessários ao atingimento das metas de produção de armamento astronómicas em vista. Entre o Outono de 1940 e a Primavera de 1941, a *VJPB*, trabalhando em conjunto com os quatro Altos Comandos, coordenaria uma série de iniciativas que culminariam no lançamento de seis mega-projectos de expansão industrial-militar calculados para aproximar a economia alemã, em termos de potencial de produção industrial-militar, da lendária “escala americana”: um par de novas super-unidades de produção de motores para aviões de combate, a instalar na “Velha Alemanha” (em regiões escolhidas criteriosamente, incluindo porque fora do alcance dos bombardeiros soviéticos e anglo-saxónicos); quatro novas linhas de produção de veículos blindados na vanguarda da tecnologia militar, a instalar em fábricas pré-existentes na “Velha Alemanha” particularmente espaçosas e eficientes; a maior unidade de produção de alumínio do mundo, a instalar na Noruega (onde existiam condições de produção excepcionais); e, num duplo projecto que constituiria a nova jóia da coroa do complexo industrial-alemão, a maior unidade de produção de petróleo sintético do mundo e a maior unidade de produção de borracha sintética do mundo. O último projecto seria construído de raiz em Auschwitz, uma vila na Alta Silésia anexada após a vitória contra a Polónia. Ao abrigo de um acordo

36 Sobre a sub-tarefa de testes e estudos em torno de eventuais operações militares complementares à Operação Barbarossa: Bloch, *Ribbentrop*, 327-329, 355-358; Clark, *Mussolini*, 250-258, 262-263; Domarus, *The complete Hitler*, 2122-2125, 2392-2394; Förster, ‘Hitler turns east’, 118-123; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 30, 34-38; Kershaw, ‘Did Hitler miss his chance in 1940?’, 114-126; Kroener, ‘The ‘frozen blitzkrieg’, 146-148; Mawdsley, *World war two*, 127-133, 343-345; Mazower, *Hitler’s Empire*, 116-117; Megargee, *Inside Hitler’s high command*, 87-101; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 44-50; Tooze, *The wages of destruction*, 393-402; Walter Warlimont, ‘Directive no. 32: preparations for the period after Barbarossa’, 1941, <https://ww2db.com/doc.php?q=327>.

Para os dados sobre reservas e produção de petróleo citados em detalhe, consultar, ressaltando pequenas discrepâncias entre os autores e obras referenciados: Mawdsley, *World war two*, 323, 325; Mazower, *Hitler’s Empire*, 290; Tooze, *The wages of destruction*, 411-412.

assinado entre a SS e a Administração do principal fabricante envolvido, a IG Farben, a construção das infraestruturas seria invulgarmente rápida e barata porque seriam utilizados “exércitos de trabalhadores descartáveis” a fornecer pela SS (que os deveria alojar num pequeno campo de concentração local a expandir enormemente para o efeito).³⁷

Em terceiro lugar, Hitler incumbiu o OKW e a VJPB de elaborar e preparar a execução de um plano de pilhagem, não “imediata” – como o que estava a ser gizado como apoio directo à Operação Barbarossa –, mas “contínua”, isto é, para continuar depois dos combates a Leste terem terminado, dos territórios soviéticos. O fito seria garantir que às fábricas escaladas para executar os novos planos de rearmamento, tanto na Alemanha como por toda a “Fortaleza Europa”, não faltariam as matérias-primas soviéticas sem o qual aqueles nunca poderiam passar do papel (incluindo alimentação adequada para os trabalhadores e respectivas famílias). Ao longo dos primeiros três meses de 1941, o OKW e a VJPB fixariam os termos gerais do plano: independentemente dos níveis de coerção envolvidos e das consequências para o tecido social e produtivo soviético, mal a Operação Barbarossa terminasse, as autoridades de ocupação pilhariam irrestritamente as respectivas reservas de matérias-primas, com prioridade para os cereais, o petróleo, a borracha e os minérios. Uma das consequências previstas era o colapso da indústria nativa. O plano previa que apenas as unidades de produção cuja exploração só fosse viável *in situ* – por proximidade a matérias-primas intransferíveis ou dependência de cadeias logísticas irreplicáveis – continuassem a laborar. As restantes deveriam ser, sempre que possível, desmanteladas para evacuar o capital físico para o coração industrial-militar da nova “Fortaleza Europa”; ou, caso isso não fosse possível, e para

37 Consultar a bibliografia referenciada na nota 34.

Especificamente sobre a relação umbilical entre o novo investimento industrial-militar na Alta Silésia e a expansão colossal do campo de concentração de Auschwitz planificada para 1941-1942, ver: Götz Aly e Susanne Heim, *Architects of annihilation: Auschwitz and the logic of destruction* (Londres: Orion Publishing, 2003), 101-111; Frei, ‘Auschwitz and the germans’, 149-154, 158-160; Tooze, *The wages of destruction*, 443-446, 526-528; Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’, 188-195.

cortar meios de produção “excedentários” em relação aos já existentes na Europa, destruídas.³⁸

Durante uma reunião do Conselho Geral da *VJPB* a 2 de Maio, os plenipotenciários da organização para as questões rural-agrária e urbana-industrial, Backe e Thomas, reportaram uma previsão detalhada dos prováveis impactos do plano, além da desindustrialização forçada, sobre o tecido social e produtivo local. De acordo com Backe, que tinha baptizado a sua apresentação, e o estudo que a acompanhava, com o sugestivo epíteto de “Plano da Fome”, a consequência mais significativa das pilhagens seria a “remoção forçada” de “entre 20 a 30 milhões de nativos” da “cadeia alimentar e produtiva do Leste”. A “remoção” deveria ocorrer de uma de duas formas: ou as “massas supérfluas” em causa “emigravam para a Sibéria” em busca de alimentos e trabalho; ou se resignavam, perante a mais “dura” das passividades alemãs, a morrer *in situ* (Backe sugeria uma política de invasão baseada em cercos militares às metrópoles pontuados com “corredores de evacuação para a Sibéria”). Para o especialista em questões agrícolas, qualquer política “mais humana” para o Leste obrigaria os alemães e outros europeus, cujas vidas Backe considerava incomparavelmente mais valiosas que as soviéticas, a voltar a passar pelo tipo de penúria a que tinha estado sujeita a Europa sob ocupação alemã durante o Inverno de 1940-1941 (quando tinha sido necessário matar 38% dos porcos alemães e 91% das galinhas holandesas para, numa política de consumo imediato irrepetível em 1941-1942, evitar um surto de fome). Thomas interveio para acrescentar que ou a *VJPB* extraía da União Soviética 1 milhão de toneladas de petróleo

38 Sobre a sub-tarefa de elaboração de um plano de pilhagem pós-Barbarossa, até ao final da “potencial II Guerra Mundial”, para os territórios soviéticos a ocupar, ver: Götz Aly, ‘The planning intelligentia and the “final solution”’ em *The Holocaust: origins, implementation, aftermath*, org. Omer Bartov (Londres: Routledge, 2000), 100-102; Götz Aly e Susanne Heim, *Architects of annihilation*, 2-7, 101-111, 234-243; Domarus, *The complete Hitler*, 2392-2394; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 1-11, 17-22, 38-42, 47-63, 68-89, 120-147, 161-173, 179-194, 199-209; Fritzsche, *Life and death in the Third Reich*, 180-181; Gerlach, ‘German economic interests, occupation policy, and the murder of the jews in Belorussia, 1941/43’, 212-216; Longerich, *Heinrich Himmler*, 515-516, 527-528; Mawdsley, *World war two*, 323-333; Mazower, *Hitler’s Empire*, 144-150, 274-284; Mercatante, *Why Germany nearly won*, 72; Overly, *Goering*, 130-133; Tooze, *The wages of destruction*, 457-460, 476-485; Tooze, ‘The economic history of the nazi regime’, 188-195.

por ano até a nova unidade de produção de petróleo sintético em Auschwitz estar pronta a laborar, ou os blindados e aviões de combate previstos pouco ou nada contribuiriam para o esforço de guerra, já que por falta de combustível não poderiam operar. Isso obrigaria a privar a agricultura nativa, altamente dependente de combustíveis fósseis desde a colectivização estalinista dos anos 30, a regressar à agricultura tradicional. Segundo Thomas, podia ver-se-aí um incentivo adicional à “emigração em massa de nativos para a Sibéria” preconizada por Backe. O encontro terminou com a adopção de um “Guião para a Política de Exploração Económica no Leste” que seria incluído na “Pasta Verde” em Junho. O Guião exortava os comandantes militares a instilar nos soldados a “dureza” e “compreensão das circunstâncias locais” para que não se impressionassem com a epidemia de má-nutrição, fome e “despovoamento” que varreria os territórios soviéticos na senda da invasão alemã (segundo o documento, os “nativos” tinham desenvolvido “estômagos elásticos” na sequência de “séculos de habituação à má-nutrição e à fome”).³⁹

Entretanto, e em quarto e último lugar, Hitler decidira, ainda em Março de 1941, dar início aos preparativos para a definição das autoridades de ocupação política a instalar nos territórios soviéticos. Um dos passos foi convidar Alfred Rosenberg – um dirigente nazi de segunda linha cujas aspirações a “filósofo oficial” do regime Hitler havia sistematicamente bloqueado –, a tomar parte, como consultor especializado na História e vida política dos povos em causa, nos debates sobre o assunto delegados por Hitler aos líderes do OKW e a VJPB depois do ditador ter esclarecido que não pretendia uma Administração Militar benevolente como a instalada na França ocupada mas um regime de pilhagem como o instalado no Governo-Geral (Polónia não anexada). Rosenberg reagiu ao convite submetendo ao *Führer* dois memorandos detalhados sobre o futuro político

39 Confirmar os diagnósticos e prescrições alvitados por Backe e Thomas na reunião de 2 de Maio de 1941 em: Aly e Heim, *Architects of annihilation*, 235-239; Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, 49, 57-58, 122-124, 127-129, 133-135; Gerlach, ‘German economic interests, occupation policy, and the murder of the jews in Belorussia, 1941/43’, 212-216; Overly, *Goering*, 131-132; Tooze, *The wages of destruction*, 443, 459-460, 477-480.

dos territórios soviéticos. Invocando uma fina tapeçaria de idiossincrasias nacionais, regionais, e locais, Rosenberg recomendava a instauração de modelos de ocupação distintos para regiões distintas, oscilando entre o “modelo eslovaco”, que combinava completa autonomia em assuntos internos com ocupação militar permanente, para a Ucrânia; e o modelo do Governo-Geral, que implicava amputação territorial, subjugação, exploração e despovoamento perpétuos, para a “Grande Rússia”. Para incontida frustração de Rosenberg, Hitler respondeu limitando-se a instruí-lo que debatesse as suas posições directamente com o OKW e a VJPB. As reuniões correspondentes teriam lugar ao longo de Abril, Maio e Junho de 1941. Durante o seu decurso, Rosenberg foi “posto no seu lugar” pelos líderes máximos desses órgãos, Keitel e Hermann Göring (que acumulava o cargo, para além de uma série de sinecuras, com o de Comandante-em-Chefe da *Luftwaffe*). Segundo ambos, pré-sintonizados com o *Führer* na matéria, considerações de natureza político-ideológica seriam secundárias, até irrelevantes, até a Operação Barbarossa estar concluída. Enquanto durassem os combates na União Soviética, a prioridade máxima iria para as considerações militares. Mal terminassem, as considerações económicas passariam a ter prioridade máxima até ao final da guerra em todo os teatros. E isso, enfatizavam Keitel e Göring, independentemente do valor intrínseco e da legitimidade das aspirações dos povos “nativos” (Rosenberg ficou chocado quando Göring o informou de que a agricultura colectivizada, segundo o segundo um método eficaz para extrair recursos agrícolas por um “ocupante”, seria preservada até à “vitória final” até na Ucrânia).⁴⁰

40 Sobre os principais equívocos em torno do real significado político das várias nomeações e títulos pomposos que Rosenberg foi acumulando no seio do regime até ao Verão de 1941, ver: Reinhard Bollmus, ‘Alfred Rosenberg: national socialism’s ‘chief ideologue’?’ em *The nazi elite*, org. Ronald Smelser e Rainer Zitelmann (Londres: The MacMillan Press, 1993), 189-193; Richard J. Evans, *The Third Reich in power* (Londres: Penguin Books, 2006), 138-139; Richard Steigmann-Gall, *The holy reich: nazi conceptions of Christianity, 1919-1945* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 127-128. Sobre a questão dos modelos de ocupação política para o Leste em planificação a partir de Março de 1941, bem como a hierarquia político-jurisdicional preconizada por Hitler, Keitel e Göring, favorecendo Rosenberg em detrimento de Himmler, antes (e durante as primeiras semanas) da invasão, ver: Kay, *Exploitation, resettlement, mass murder*, pp. 84-89, 129-131, 137-138, 168-173, 179-185; Longerich, *Heinrich Himmler*, pp. 515-516, 527-528.

Conclusões

Quando em 1933 assumi o poder, e a responsabilidade pelo futuro da Alemanha, em conjunto com o Movimento Nacional-Socialista, eu sabia que a liberdade do nosso povo não podia continuar tolhida. Sabia que a nossa luta não tinha de todo terminado, mas começado a ser travada numa escala muito superior. Porque o nosso fim não era apenas a vitória do Movimento Nacional-Socialista, mas a libertação do povo alemão! Tudo o que eu fiz desde então foi tentar encontrar os meios adequados à prossecução desse fim. Partido; Frente do Trabalho; SA e SS; Forças Armadas, Exército, Força Aérea, Marinha. Nenhuma dessas organizações foi alguma vez concebida como um fim em si mesmo. Todas foram e são meios ao serviço da libertação do povo alemão.⁴¹

Da aplicação ao material empírico relevante do método politológico da análise histórico-contextual parece-nos resultar – não esquecendo a natureza restrita, em termos de esfera de acção e período temporal, deste estudo – a plausibilidade de uma série de ilações sobre a natureza do regime nazi contrárias ao argumento do paradigma interpretativo que resumimos na introdução.

Em primeiro lugar, este artigo pretende ter tornado transparente que, como dizia Hitler no discurso de 30 de Janeiro de 1940 acima citado, o regime nazi sempre se orientou, quaisquer que fossem as manobras tácticas necessárias para o tornar possível, por um único e claro objectivo: preparar-se e posicionar-se, tão depressa quanto possível, e através da máxima mobilização dos recursos conjunturalmente disponíveis à nação alemã, para uma grande guerra de conquista do “espaço vital” na União Soviética necessário para garantir a “liberdade”, na acepção de auto-suficiência económica

41 Tradução do autor do original em inglês: “As I took hold of this power in the year 1933 and took over responsibility, along with the National Socialist Movement, for the future of Germany, I realized that the liberty of our Volk must no longer be restricted. I further realized that our struggle had by no means come to an end, but had only begun to be led on a far larger scale. For before us we had not only the victory of the National Socialist Movement, but the delivery of our German Volk! This was our objective! What I have labored for since is but a means to an end: Party; Labor Front; SA and SS; all other organizations like the Wehrmacht, the Army, the Luftwaffe, and the Navy; all these were not ends in themselves, but means to an end. The imperative of securing the liberty of our Volk reigns above all of these”. Domarus, *The complete Hitler*, 1928.

e inexpugnabilidade militar, do povo alemão. Da perspectiva de Hitler, o modelo inspirador de um tal objectivo tinha sido fornecido precisamente pelo Império Britânico e os Estados Unidos, que se teriam tornado colossos económico-militarmente inexpugnáveis, entre o final do século XVIII e o início do século XX, conquistando, pelas armas e sempre que necessário recorrendo a métodos coloniais brutais, “espaço vital” ocupado por “povos bárbaros” que pela sua incapacidade para o desenvolver de acordo com as tendências de progresso da era industrial a ele não teriam direito. Note-se que Hitler sempre tinha professado abertamente que tal guerra de conquista seria pré-condição *sine qua non* para enfrentar com sucesso todos os grandes problemas económicos, sociais e culturais enfrentados pela Alemanha pelo início do século XX.⁴²

Em segundo lugar, não são visíveis no material aduzido e organizado por este estudo – ressalvemos de novo, focado no mais magno dos fitos do regime e num espaço de tempo limitado –, evidências de falta de direcção, ou alheamento, pelo “topo”. Pelo contrário, se explorado sem a ofuscação introduzida pelo desvio habitual de holofotes para *dossiers* que Hitler considerava à época “secundários” e “adiáveis” (mas que definiriam

42 Note-se que uma infinidade de fontes primárias e evidências vertidas na literatura secundária, fora do radar desta investigação, poderia ser aduzida em prol destas asserções, incluindo o *Mein Kampf*; o *Zweites Buch*: os relatos das primeiríssimas reuniões de Hitler com os membros do seu novo Governo, os líderes militares e os grandes industriais; o Memorando do Plano de Quatro Anos; ou o Memorando Hossbach. Para os documentos primários citados, ver: Jeremy Noakes e Geoffrey Pridham, org., *Nazism, 1919-1945: volume 2: state, economy and society, 1933-1939: a documentary reader* (Great Britain: University of Exeter Press, 2000), 87-93; Domarus, *The complete Hitler*, 963-973; Adolf Hitler, ‘The document’ em *Hitler’s second book: the unpublished sequel to Mein Kampf*, org. Gerhard Ludwig Weinberg (Nova Iorque: Enigma Books, 2007); Adolf Hitler, *Mein kampf by Adolf Hitler: the official nazi english translation* (United States of America: Elite Minds, 2009). Sobre o teor inequívoco das primeiras reuniões de Hitler com os líderes políticos, militares e económicos alemães na condição de Chanceler, ver: Tooze, *The wages of destruction*, 37-66, 99-101.

Sobre as referências de Hitler à natureza “secundária”, e dependente de uma “vitória final” numa guerra de conquista a Leste, dos restantes *dossiers* diagnosticados como “problemas históricos” com que se deparava a nação alemã, incluindo a “questão judaica”, bem como sobre o facto desse raciocínio se ter generalizado no Partido-Estado a partir do Verão de 1940, ver: Broszat, *The Hitler state*, 248-253, 262-288; Amir Nolzén, ‘Charismatic legitimation and bureaucratic rule: the NSDAP in the Third Reich’, *German History*, 23:4 (2005); Proctor, *The nazi war on cancer* (Princeton: Princeton University Press, 1999), 47-48.

o Nazismo na consciência histórica, como é o caso do *dossier* sinistro da “questão judaica”) *vis-à-vis* a sua agenda fundamental, o que nos surge como definidor do regime é o contrário: um ditador capaz de exprimir clara e directamente, sem ambiguidades nem receio de intervir, a sua “vontade”; e capaz de mandar para a sua execução, delimitando com suficiente precisão cada tarefa, conjuntos de órgãos e agentes plausivelmente talhados – por vocação, experiência e/ou disposição conjuntural de meios – para a função. Mais do que isso, este estudo pretende ter iluminado a lógica de sintonia e coordenação reinante entre múltiplos órgãos e agentes do regime por 1940-1941 (o exemplo da cooperação entre os Altos Comandos militares e a VJPB parece-nos particularmente sintomático)⁴³.

Por fim, não só nunca será possível afirmar com “cientificidade” que os planos e soluções supracitados estavam “condenados a falhar” (é impossível “demonstrar”, por exemplo, que pelo Verão de 1941 o horizonte de possibilidades não continha o tipo de colapso rápido do regime soviético em que apostava a liderança alemã); como estamos em crer ter trazido à colação indícios suficientes de que parte substancial (decisiva?) do gorar dos cálculos inscritos no Plano Barbarossa, e consequentemente da prossecução ulterior de todo o esforço de guerra alemão, teve a sua génese em surtos de miopia, disfuncionalidade e irracionalidade não apenas, do ponto de vista alemão, *contingentes*, mas, tão ou mais importante, *protagonizados, não pelo regime nazi, mas pelos regimes fascista italiano e imperial japoneses*.

Referências

- Aly, Götz e Susanne Heim. *Architects of annihilation: Auschwitz and the logic of destruction*. Londres: Orion Publishing, 2003.
- Aly, Götz. ‘The planning intelligentsia and the “final solution”’. Em *The Holocaust: origins, implementation, aftermath*, org. Omer Bartov, 92-105. Londres: Routledge, 2000.

43 Sobre a omissão sistemática na literatura interpretativa de todo o tipo de instâncias que contrariam o paradigma que pressupõe a “disfuncionalidade” do regime, ver por exemplo: Schaarschmidt, ‘Mobilizing german society for war’.

- Baranowski, Shelley. *Strength through joy: consumerism and mass tourism in the Third Reich*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.
- Best, Antony. 'Imperial Japan'. Em *The origins of world war two: the debate continues*, org. Robert Boyce e Joseph A. Maiolo, 52-69. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003.
- Birn, Ruth Bettina. 'Two kinds of reality? Case studies on anti-partisan warfare during the eastern campaign'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. Bernd Wegner, 277-291. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Bloch, Michael. *Ribbentrop*. Londres: Abacus, 2003.
- Bollmus, Reinhard. 'Alfred Rosenberg: national socialism's 'chief ideologue'?. Em *The nazi elite*, org. Ronald Smelser e Rainer Zitelmann, 183-193. Londres: The MacMillan Press, 1993.
- Broszat, Martin. *The Hitler state: the foundation and development of the internal structure of the Third Reich*. Harlow: Longman, 1982.
- Burgwyn, H. James. 'Diplomacy and world war: the (first) axis of evil'. Em *The Oxford handbook of fascism*, org. R. J. B. Bosworth, 259-278. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- Caplan, Jane. 'Introduction'. Em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan, 1-25. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Clark, Martin. *Mussolini*. Great Britain: Pearson, 2005.
- Copeland, Dale C. 'Economic interdependence and the grand strategies of Germany and Japan, 1925-1941'. Em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell, 120-146. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Crawford, Timothy W. 'Powers of division: from the anti-comintern to the nazi-soviet and japanese-soviet pacts, 1936-1941'. Em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell, 246-278. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Dieckmann, Cristoph. 'The war and the killing of the lithuanian jews'. Em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert, 240-275. Oxford: Berghahn Books, 2000.
- Domarus, Max, org. *The complete Hitler: a digital desktop reference to his speeches and proclamations, 1932-1945* (CD-ROM). Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2007.
- Evans, Richard J. *The Third Reich in power* (Londres: Penguin Books), 2006.
- Forczyk, Robert. *Erich von Manstein*. Oxford: Osprey Publishing, 2010.

- Förster, Jürgen. 'Hitler turns east – german war policy in 1940 and 1941'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 115 – 133. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Frei, Norbert. 'Auschwitz and the germans: history, knowledge, and memory'. Em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor, 147-165. Great Britain: University of Exeter Press, 2008.
- Fritzsche, Peter. *Life and death in the Third Reich*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- Gerlach, Christian. 'German economic interests, occupation policy, and the murder of the jews in Belorussia, 1941/43' Em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert, 210-239. Oxford: Berghahn Books, 2000.
- Geyer, Michael e Sheila Fitzpatrick. 'Introduction: after totalitarianism – stalinism and nazism compared'. Em *Beyond totalitarianism: stalinism and nazism compared*, org. Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick, 1-40. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.
- Geyer, Michael. 'The state in national socialist Germany'. In Charles Bright and Susan Harding (Eds.) (1984). *Statemaking and social movements: essays in history and theory* (p.193-232). Ann Harbor: University of Michigan Press, 1984.
- Gregor, Neil. 'Introduction to the paperback edition'. Em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor, vii-xiv. Great Britain: University of Exeter Press, 2008.
- Gregor, Neil. 'Nazism-a political religion?: rethinking the voluntarist turn'. Em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor, 1-21. Great Britain: University of Exeter Press, 2008.
- Hillgruber, Andreas. 'The german military leaders' view of Russia prior to the attack on the Soviet Union'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 169-185. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Hitler, Adolf. 'The document'. Em *Hitler's second book: the unpublished sequel to Mein Kampf*, org. Gerhard Ludwig Weinberg, 3-244. Nova Iorque: Enigma Books, (2007) [1928].
- Hitler, Adolf. *Mein kampf by Adolf Hitler: the official nazi english translation*. United States of America: Elite Minds, (2009) [1924-1926].
- Hürter, Johannes. 'The military elite and volksgemeinschaft'. Em *Visions of community in Nazi Germany: social engineering e private lives*, org. Martina Steber and Bernhard Gotto, 257-269. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- Kallis, Aristotle A. *Nazi propaganda and the second world war*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008.
- Kawasaki, Tsuyoshi. 'The rising sun was no jackal: japanese grand strategy, the tripartite pact, and alliance formation theory'. Em *The challenge of grand strategy: the great powers*

- and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell, 224-245. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Kay, Alex J. *Exploitation, resettlement, mass murder: political and economic planning for german occupation policy in the Soviet Union, 1940-1941*. Oxford: Berghahn Books, 2011.
- Keep, John. 'Part II: wrestling with revisionism: recent western writing on stalinism'. Em *Stalinism: russian and western views at the turn of the millennium*, org. Alter Litvin e John Keep, 89-221. Milton Park: Routledge, 2005.
- Kennedy, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. Nova Iorque: Vintage Books, 1989.
- Kershaw, Ian. *Hitler, 1889-1936: hubris*. Londres: Penguin Books, 2001.
- Kershaw, Ian. *Hitler, 1936-1945: nemesis*. Londres: Penguin Books, 2001.
- Kershaw, Ian. 'Did Hitler miss his chance in 1940?'. Em *Nazism, war and genocide: new perspectives on the history of the Third Reich*, org. Neil Gregor, 110-130. Great Britain: University of Exeter Press, 2008.
- Kershaw, Ian. *The nazi dictatorship: problems and perspectives of interpretation*. (3rd Ed.). Great Britain: Edward Arnold, 1994.
- Kimball, Warren F. The United States. Em *The origins of world war two: the debate continues*, org. Robert Boyce e Joseph A. Maiolo, 134-154. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003.
- Kitchen, Martin. *Speer: Hitler's architect*. Great Britain: Yale University Press, 2015.
- Knox, MacGregor. *Hitler's italian allies: royal armed forces, fascist regime, and the war of 1940-1943*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.
- Krebs, Gerhard. 'Japan and the german-soviet war, 1941'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 541-560. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Kroener, Bernhard R. 'The 'frozen blitzkrieg'; german strategic planning against the Soviet Union and the causes of its failure'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 135-149. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Lakowski, Richard. 'Between professionalism and nazism: the wehrmacht on the eve of its invasion of the USSR'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 151-167. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Lang, Jochen von. *Bormann: the man who manipulated Hitler*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1979.
- Leitz, Christian. *Nazi foreign policy, 1933-1941: the road to global war*. Londres: Routledge, 2013.
- Longerich, Peter. 'From mass murder to the 'final solution': the shooting of jewish civilians during the first months of the eastern campaign within the context of nazi jewish

- genocide'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 253-275. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Mahoney, James e Daniel Schensul. 'Historical context and path dependence'. Em *The Oxford handbook of contextual political analysis*, org. Robert E. Goodin e Charles Tilly, 454-471. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- Mahoney, James. 'Path dependence in historical sociology'. *Theory and Society*. 29 (1), 507-548, 1999.
- Malia, Martin. 'Nazism-Communism: delineating the comparison'. Em *The lesser evil: moral approaches to genocide practices*, org. Helmut Dubiel e Gabriel Motzkin, 7-24. Milton Park: Routledge, 2014.
- Mawdsley, Evan. *Thunder in the East*. Londres: Hodder Arnold, 2009.
- Mawdsley, Evan. *World war two: a new history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Mazower, Mark. *Dark continent: Europe's twentieth-century*. Londres: Penguin Books, 2001.
- Megargee, Geoffrey P. *Inside Hitler's high command*. Kansas: University Press of Kansas, 2002.
- Menger, Manfred. 'Germany and the finnish 'separate war' against the Soviet Union'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 525-539. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Mercatante, Steven D. *Why Germany nearly won: a new history of the second world war in Europe*. Westport: Praeger, 2012.
- Michalka, Wolfgang. 'Joachim von Ribbentrop: from wine merchant to foreign minister'. Em *The nazi elite*, org. Ronald Smelser e Rainer Zitelmann, 165-172. Londres: The MacMillan Press, 1993.
- Mommsen, Hans. 'The concept of totalitarian dictatorship vs. the comparative theory of fascism: the case of National Socialism'. Em *Totalitarianism reconsidered*, org. Ernest Menze, 147-166. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.
- Mommsen, Hans. 'Accomplishments and limitations of the totalitarianism theory: applicability to the National Socialism dictatorship'. Em *Totalitarianism and political religions: concepts for the comparison of dictatorships: volume 1*, org. Hans Maier, 253-261. Milton Keynes: Routledge, 2004.
- Noakes, Jeremy e Geoffrey Pridham, org., *Nazism, 1919-1945: volume 2: state, economy and society, 1933-1939: a documentary reader*. Great Britain: University of Exeter Press, 2000.
- Nolzen, Amir. 'Charismatic legitimation and bureaucratic rule: the NSDAP in the Third Reich, 1933-1945'. *German History*. 23 (4), 494-518, 2005.
- Overy, Richard. *Goering: Hitler's iron knight*. Londres: I. B. Tauris, (2012) [1984].

- Proctor, Robert N. *The nazi war on cancer*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- Roberts, David D. *The totalitarian experiment in twentieth-century Europe: understanding the poverty of great politics*. Milton Park: Routledge, 2006.
- Sandkühler, Thomas. 'Anti-jewish policy and the murder of the jews in the district of Galicia, 1941/42'. Em *National socialist extermination policies: contemporary german perspectives and controversies*, org. Ulrich Herbert, 104-127. Oxford: Berghahn Books, 2000.
- Schaarschmidt, Thomas. 'Mobilizing german society for war: the national socialist gauge'. Em *Visions of community in Nazi Germany: social engineering e private lives*, org. Martina Steber and Bernhard Gotto, 101-115. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- Schieder, Wolfgang. 'The historian's approach to Germany's National Socialist past'. Em *Totalitarian and authoritarian regimes in Europe: legacies and lessons from the twentieth century*, org. Jerzy W. Borejsza e Klaus Ziemer, 139-157. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.
- Schüler, Klaus. 'The eastern campaign as a transportation and supply problem'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 205-222. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Steigmann-Gall, Richard. *The holy reich: nazi conceptions of Christianity, 1919-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Stolfi, Russel H. S. *Hitler: beyond evil and tyranny*. Nova Iorque: Prometheus Books, 2011.
- Streim, Alfred. 'International law and soviet prisoners of war'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 293-308. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Taliaferro, Jeffrey W. 'Strategy of innocence or provocation? The Roosevelt administration's road to world war II'. Em *The challenge of grand strategy: the great powers and the broken balance between the world wars*, org. Jeffrey W. Taliaferro, Norrin M. Ripsman e Steven E. Lobell, 193-223). Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Thacker, Toby. *Joseph Goebbels: life and death*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2010.
- Tooze, Adam. *The wages of destruction: the making and breaking of the nazi economy*. Londres: Penguin Books, 2007.
- Tooze, Adam. 'The economic history of the nazi regime'. Em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan, 168-195. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Trischler, Helmuth. 'Aeronautical research under national socialism: big science or small science?'. Em *Science in the Third Reich*, org. Margit Szöllösi-Janze, 79-110. Oxford: Berg, 2001.

- Umbreit, Hans. 'Structures of german occupation policy during the initial phase of the german-soviet war'. Em *From peace to war: Germany, Soviet Russia and the world, 1939-1941*, org. B. Wegner, 239-251. Oxford: Berghahn Books, 1997.
- Warlimont, Walter (1941). 'Directive no. 32: preparations for the period after Barbarossa', <https://ww2db.com/doc.php?q=327> (verificado em 2/8/2021).
- Weinberg, Gerhard Ludwig. 'Foreign policy in peace and war'. Em *Nazi Germany*, org. Jane Caplan, 196-218. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Wildt, Michael. *An uncompromising generation: the nazi leadership of the reich security main office*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2010.